UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

BRUNA NAPOLEANA DOS SANTOS DANTAS

**CENTRO PÚBLICO DE SAÚDE E ABRIGO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS, EM
ALAGOINHAS-BA: UMA PARCERIA COM A FUNDAÇÃO ANJOS DE QUATRO
PATAS**

Laranjeiras – SE,
Julho, 2021

BRUNA NAPOLEANA DOS SANTOS DANTAS

**CENTRO PÚBLICO DE SAÚDE E ABRIGO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS, EM
ALAGOINHAS-BA: UMA PARCERIA COM A FUNDAÇÃO ANJOS DE QUATRO
PATAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira

Laranjeiras – SE
Julho, 2021

BRUNA NAPOLEANA DOS SANTOS DANTAS

CENTRO PÚBLICO DE SAÚDE E ABRIGO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS, EM
ALAGOINHAS-BA: UMA PARCERIA COM A FUNDAÇÃO ANJOS DE QUATRO
PATAS

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado 22 de Julho de
2021 à seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira
Orientador - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Me. Lina Martins de Carvalho
Examinadora interna - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Me. Samira Fagundes de Souza
Examinadora externa – Universidade Tiradentes

Laranjeiras – SE,
Julho, 2021

Dedico este trabalho à minha filha de quatro patas: Shaki. Nossa luta e sua vontade de viver foram minhas inspirações. Aquele não foi um adeus, ainda vamos nos reencontrar. ♥

“Jamais creia que os animais sofrem menos do que os humanos. A dor é a mesma pra eles e para nós. Talvez pior, pois eles não podem ajudar a si mesmos”.

Louis J. Camuti

“Todas as coisas da criação são filhos do Pai e irmãos do homem... Deus quer que ajudemos aos animais, se necessitam de ajuda. Toda criatura em desgraça tem o mesmo direito a ser protegida.”

São Francisco de Assis

RESUMO

A domesticação de animais é comum entre os homens, e a sua popularização acarretou no aumento dos casos de abandono, causando um impacto no meio ambiente e na saúde. Em vista disso, algumas cidades têm adotado medidas para reduzir essa problemática, oferecendo serviços médico-veterinários gratuitos para a população que não tem condições de arcar com as despesas e acabam abandonando esses animais. Entretanto, em Alagoinhas-BA, não existe tal serviço, o que sobrecarrega o trabalho das organizações não governamentais (ONG's) no resgate e gerenciamento da adoção. Dessa forma, apresenta-se neste trabalho o anteprojeto de um centro público de saúde e abrigo direcionado aos animais domésticos de famílias de baixa renda ou àqueles abandonados. A proposta foi desenvolvida tendo como referência alguns projetos arquitetônicos voltados para a causa, a escolha do terreno, as características físicas e ambientais do local e os aspectos urbanísticos envolvidos. Além disso, foi elaborado um programa de necessidades e pré-dimensionamento dos espaços em conjunto com a Fundação Anjos de Quatro Patas, ONG de proteção animal que cedeu o terreno para a elaboração deste projeto. Baseado nessas informações, foi definido a implantação do Centro, os acessos e fluxo de pessoas, a setorização dos espaços, as estratégias construtivas e ambientais e o paisagismo envolvido. Como resultado foi obtido o desenvolvimento de um projeto que atende às especificidades de uma construção de caráter público, capaz de oferecer um atendimento à saúde e ao abrigo dos animais errantes.

Palavras-chave: Centro Público de Saúde, Animais Domésticos, Projeto Arquitetônico

Lista de Figuras

Figura 1: Pirâmide de reprodução de animais não-castrados no intervalo de 10 anos.....	10
Figura 2: Fachada do Hospital Veterinário Público Zona Leste.....	12
Figura 3: Fachada do Hospital Veterinário Público Zona Norte.....	12
Figura 4: Fachada do Hospital Veterinário Público Zona Sul.....	12
Figura 5: Recepção do Hospital Veterinário Público Zona Sul.....	12
Figura 6: Critérios médicos adotados como prioridade de atendimento.....	13
Figura 7: Fachada do Hospital Veterinário do Recife Robson José Gomes de Melo (HVR)..	13
Figura 8: Recepção do HVR.....	14
Figura 9: Localização da Fundação Anjos de Quatro Patas.....	20
Figura 10: Fachada da Fundação Anjos de Quatro Patas.....	22
Figura 11: Canil coletivo com focos de umidade.....	22
Figura 12: Telas do gatil com remendos.....	22
Figura 13: Pátio central.....	22
Figura 14:Objetos em cima do telhado.....	23
Figura 15: Objetos sendo empilhados embaixo da caixa d'água.....	23
Figura 16: Sala principal do abrigo.....	23
Figura 17: Baias de tratamento.....	23
Figura 18: Cuidadora medicando os cães.....	24
Figura 19: Fachada da UCAA.....	27
Figura 20: Vista da praça de interação.....	28
Figura 21: Vistas dos canis para adoção.....	28
Figura 22: Corte esquemático – detalhe da cobertura.....	29
Figura 23: Elevação mostrando as árvores ao longo da edificação.....	30
Figura 24: Estacionamento público.....	30
Figura 25: Avenida principal entre os canis.....	31
Figura 26: Vegetação em frente aos canis.....	31
Figura 27: Planta de setorização.....	32
Figura 28: Localização do terreno escolhido.....	34
Figura 29: Entorno imediato.....	35
Figura 30: Análise do entorno.....	36
Figura 31: Itinerários urbanos.....	37
Figura 32: Raio de abrangência dos trajetos.....	38
Figura 33: Dimensões do terreno.....	39
Figura 34: Curvas de nível no terreno escolhido.....	39
Figura 35: Vegetação existente no lote.....	40
Figura 36: Gráfico de temperatura média horária – Alagoinhas/BA.....	40
Figura 37: Gráfico de direção dos ventos – Alagoinhas/BA.....	41
Figura 38: Carta solar – Alagoinhas/BA.....	41
Figura 39: Trajetória solar e ventilação incidentes sobre o terreno.....	42
Figura 40: Mapa de evolução urbana de Alagoinhas.....	43
Figura 41: Vista da Rua Manoel Vitorino sentido Sudeste.....	44
Figura 42: Vista da Rua Manoel Vitorino sentido Noroeste.....	44
Figura 43: Detalhamento de baia-padrão.....	50
Figura 44: Estudo de dimensionamento de baia-padrão.....	50
Figura 45: Detalhamento de gatil coletivo.....	51
Figura 46: Detalhamento de baia para cavalo.....	52
Figura 47: Avenida principal entre os canis.....	52
Figura 48: Vegetação em frente aos canis.....	53
Figura 49: Implantação.....	54

Figura 50: Vista da fachada principal.	54
Figura 51: Vista do acesso principal e acesso restrito.	55
Figura 52: Setorização.	55
Figura 53: Vista para a praça.	55
Figura 54: Vista para o deck de eventos.	55
Figura 55: Vista interna do deck de eventos.	56
Figura 56: Hall do setor de administração.	56
Figura 57: Recepção do setor de saúde.	56
Figura 58: Vista do caminho para o crematório.	57
Figura 59: Vista do setor de apoio técnico e estacionamento privativo.	57
Figura 60: Canil.	57
Figura 61: Solário coletivo dos cães.	57
Figura 62: Gatil.	57
Figura 63: Solário dos gatos.	57
Figura 64: Vista das baias.	57
Figura 65: Vista do brete.	58
Figura 66: Croqui do canil em planta baixa.	59
Figura 67: Corredores do canil.	60
Figura 68: Jardim em frente ao estábulo.	59
Figura 69: Jardim em frente aos gatis.	59
Figura 70: Rampa entre os jardins.	60
Figura 71: Estudo de fluxos.	61
Figura 72: Vista do gatil de tratamento.	61
Figura 73: Vista da maternidade dos cães.	62
Figura 74: Efeito chaminé na cobertura com shed.	63
Figura 75: Uso de cobogós na fachada.	63
Figura 76: Esquema de absorção de água no piso drenante.	64
Figura 77: Esquema de captação de água da chuva.	64
Figura 78: Quadro de espécies atóxicas.	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
Objetivos	5
Metodologia.....	6
1. REFERENCIAL TEÓRICO	6
1.1 A relação homem-animal.....	6
1.2 O abandono de animais domésticos.....	9
1.2.1 ONG de proteção animal	9
1.2.2 Hospitais veterinários públicos no Brasil	11
1.3 Arquitetura hospitalar	14
1.3.1 Arquitetura de estabelecimentos médico-veterinários	15
1.4 Saúde animal em Alagoinhas	17
1.4.1. Políticas públicas voltadas à causa animal	17
1.4.2. Projetos voluntários de proteção animal	19
1.4.3 Estabelecimentos médico-veterinários.....	26
2. ESTUDO DE CASOS	27
2.1 Unidade de Castração e Adoção de Animais (UCAA) em Aracaju/SE.....	27
2.2 South Los Angeles Animal Care Center & Community Center.....	29
3. PROPOSTA ARQUITETÔNICA	33
3.1 Diagnóstico do local	33
3.1.1 Escolha do terreno.....	33
3.1.2 Análise do entorno	34
3.1.3 Características físicas	38
3.1.4 Características ambientais.....	39
3.1.5 Aspectos urbanísticos	42
3.2 Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	46
3.2.1 Estudo dos espaços para os animais e sua capacidade	49
3.3 Projeto.....	52
3.3.1 Conceito e partido.....	52
3.3.2 Implantação e acessos	53
3.3.3 Setorização.....	55
3.3.4 Fluxos	61
3.3.5 Aspectos construtivos e estratégias ambientais	62
3.3.6 Paisagismo	65

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
APÊNDICE.....	73

INTRODUÇÃO

A civilização moderna trouxe consigo o isolamento dos seres humanos. Diante disso, o animal doméstico passou a ser uma companhia constante (COSTA-VAL e TATIBANA, 2009). Contudo, em paralelo com a popularização de animais domésticos, principalmente de cães e gatos, houve o aumento dos casos de abandono.

O abandono de animais impacta diretamente na saúde pública, causando um desequilíbrio ambiental devido à superpopulação da espécie, além da disseminação de doenças que podem ser transmissíveis ao homem (GOMES, 2018). Com o intuito de amenizar essa situação, algumas cidades e estados estabeleceram medidas individuais para a problemática (SILVA, 2017). Como é o caso da cidade de São Paulo e do Recife, que oferecem atendimento médico-veterinário gratuito para os animais provenientes da população carente, a fim de minimizar os casos de abandono desses animais.

Todavia, em muitas cidades ainda não há esse tipo de serviço, a exemplo da cidade de Alagoinhas-BA. Nesse caso, fica a cargo de algumas organizações não governamentais (ONG's) locais, resgatar os animais errantes e encaminhá-los para adoção, e quando possível ajudar os tutores que não tem condições de custear os tratamentos de saúde. Entretanto, essas ONGs não possuem recursos financeiros para atender toda a demanda ou oferecer um ambiente salubre para a recuperação desses animais, visto que dependem exclusivamente de doações.

Diante desse pressuposto, o trabalho se justifica pela necessidade de implantação de um espaço que ofereça um serviço público de saúde animal, direcionado aos animais provenientes das famílias de baixa renda e àqueles que se encontram em situação de abandono. Dessa forma, é importante a atuação da arquitetura criando espaços físicos capazes de suprir as necessidades de atendimento médico veterinário para esses animais e desta forma colaborar na efetivação de políticas públicas adequadas.

Objetivos

Objetivo geral

Desenvolver o anteprojeto de um centro público de saúde animal e abrigo temporário para os animais errantes, em Alagoinhas-BA, que atenda os cães e gatos provenientes da população de baixa renda e acolha aqueles resgatados da rua, com a finalidade de sanar os casos de abandono na cidade.

Objetivos específicos

- Estudar as causas do aumento dos casos de abandono de animais domésticos.
- Entender o funcionamento das unidades de saúde veterinária e identificar os espaços necessários para seu desenvolvimento.
- Investigar a situação de Alagoinhas quanto as ações em prol da causa animal.
- Realizar estudos de casos de projetos voltados à causa.
- Identificar um local estratégico para implantação do projeto, que seja acessível a população carente.

Metodologia

O trabalho se desenvolveu em cinco etapas. Primeiramente, no capítulo 1, foi elaborado o referencial teórico, através da revisão bibliográfica de dissertações, artigos e reportagens jornalísticas, relacionados à saúde e bem estar animal, a domesticação, o abandono, a arquitetura hospitalar e as políticas públicas voltadas a causa animal em Alagoinhas-BA.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados através de visitas de campo e/ou conversas informais com os representantes das ONGs de animais da cidade, a fim entender a realidade desses locais e como se desenvolve o trabalho com os animais, como pode ser visto ainda no primeiro capítulo.

Em seguida, na terceira etapa, foram realizados estudos de casos de projetos que serviram como referência para o desenvolvimento da proposta, indicados no capítulo 2.

Na quarta etapa foi realizado um diagnóstico do local a ser trabalhado, a fim de obter informações sobre suas características, potencialidades e deficiências, que auxiliaram na concepção do projeto. Essas informações foram reunidas no capítulo 3, onde consta também a definição do programa de necessidades e elaboração do anteprojeto arquitetônico, sendo essa a quinta e última etapa, que buscou atender às diretrizes definidas nas etapas anteriores.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A relação homem-animal

“A relação entre o homem e os animais domésticos data de milhares de anos” (COSTA-VAL e TATIBANA, 2009, p.13). No início, essa relação era baseada na subsistência, o homem explorava os animais para garantir a sua sobrevivência (FERREIRA, 2016). No entanto, com a chegada da Revolução Industrial e suas tecnologias, os animais passaram a não serem mais necessários para essa função.

O princípio da domesticação dos animais consiste em retirar uma população animal originalmente selvagem de seu modo de vida e habitat natural, a fim de explorá-la intensamente e colocá-la sob jugo dos humanos. Desde então, os animais domésticos vêm vivendo sob o domínio do homem geração após geração, fornecendo ao ser humano o necessário à sua subsistência (FERREIRA, 2016). Ou seja, baseia-se numa relação utilitária, onde os animais são usados para servir ao homem.

No entanto, não só o homem é beneficiado por essa situação, alguns animais também tiram vantagens dessa aproximação, e a domesticação contribui para um beneficiamento mútuo. No caso do cão, considerado o primeiro animal a ser domesticado, o contato se deu a partir dos lobos selvagens, que se aproximavam dos assentamentos humanos em busca de alimentação fácil, os restos de alimentos deixados pelas tribos. Os homens, por sua vez, aceitaram essa aproximação, pois os mantinham protegidos dos ataques de outros animais. Esse convívio foi ficando cada vez mais estreito, e atualmente, a partir de adaptações evolutivas, os antigos lobos selvagens passaram a ser os nossos cães domésticos (COSTA-VAL e TATIBANA, 2009).

A domesticação do gato partiu do mesmo princípio da troca de benefícios. Eles ganharam importância e até mesmo adoração dos povos do antigo Egito, ao caçar os roedores que prejudicavam suas plantações e disseminavam doenças. Esses feitos se espalharam ao redor do mundo e os países passaram a importar esses animais, tornando-os, com o passar do tempo, animais domésticos (HUNEMEIER, 2018).

Com a chegada da Revolução Industrial e suas tecnologias, a relação entre os homens e os animais foi alterada (BARBOZA, 2017). “Nas cidades, estes animais já não tinham suas funções de trabalho e caça como necessárias; já não precisavam ser úteis à atividade humana, bastava serem úteis à afetividade humana” (CARVALHO, 1997 apud PESSANHA e PORTILHO, 2008, p.2), como comenta SANTANA e OLIVEIRA (2006, p.70):

O desenvolvimento da relação entre o ser humano e o animal de companhia ocorre no âmbito de uma mudança comportamental importantíssima da própria sociedade, que passou a cultivar vários hábitos, tais como: menor número de filhos e mais recursos em geral; conferir ao animal de companhia o status de membro da família; que passa a viver mais dentro de casa do que fora; o animal de companhia ganha seu espaço; está previsto no orçamento familiar e passa a ser assistido na vida e na morte.

Por outro lado, o desenvolvimento da civilização moderna trouxe consigo o isolamento dos seres humanos. Cada vez mais pessoas estão vivendo sozinhas, e acabam encontrando no animal doméstico uma companhia constante que ajuda a manter o equilíbrio emocional, sem cobranças e julgamentos. Sendo assim, os laços afetivos do ser humano com

o animal se tornam mais fáceis de serem mantidos que com outro ser humano, criando um vínculo forte e duradouro (COSTA-VAL e TATIBANA, 2009).

Dessa forma, essa relação afetiva do homem com o animal passou a ser de grande importância, ao considerar os inúmeros benefícios que resultam desta interação (LANGONI et al., 2011). Esses benefícios podem ter efeitos psicológicos, diminuindo a depressão, estresse e ansiedade; fisiológicos, melhorando a pressão arterial e frequência cardíaca; ou sociais, ajudando na socialização de criminosos, idosos, crianças, deficientes físicos e mentais, assim como na melhora do aprendizado (SANTANA e OLIVEIRA, 2006).

Diante disso, “por ser um convívio que oferece diversas vantagens, metade das famílias ocidentais possuem animais de estimação” (BARBOZA, 2017, p.18), sendo o Brasil, “o país com a segunda maior população de animais domésticos do mundo” (NUNES, 2019, p.16).

Conforme o IBGE (2013), foram contabilizados 132,4 milhões de animais domésticos no país, desses animais 74,3 milhões eram de cães e gatos, e o restante representados por aves, peixes, répteis e pequenos mamíferos. Já em 2018, o total de animais domésticos passou a ser de 139,3 milhões, sendo 78,1 milhões representados por cães e gatos, ou seja, 5% a mais que em 2013, segundo o Instituto Pet Brasil (2019).

Ao analisar esses dados, é possível identificar um aumento significativo ao longo de cinco anos. Por conseguinte, essa situação se revela alarmante, visto que, aproximadamente 3,9 milhões do total da população de cães e gatos são de Animais em Condição de Vulnerabilidade (ACV)¹, que se encontram potencialmente suscetíveis ao abandono por conta da situação economicamente difícil de seus tutores (INSTITUTO PET BRASIL, 2019). Com isso, segundo GOMES (2018), em paralelo com o aumento da população de animais incide também o aumento de animais vítimas do abandono.

Ademais, o descontrole populacional desses animais na rua, além de favorecer a proliferação e disseminação de zoonoses, causando um impacto no meio ambiente e na saúde, pode “causar problemas em outras áreas do setor público, como no trânsito, atrapalhando o tráfego nas vias públicas, ocasionando acidentes, atropelamentos, agressões, entre outros” (ARAUJO, 2018 apud VIEIRA, 2017).

¹ Animais em Condição de Vulnerabilidade (ACV) - aqueles que vivem sob tutela das famílias classificadas abaixo da linha de pobreza (menos de ½ salário mínimo/mês), ou que vivem nas ruas, mas recebem cuidados de pessoas.

1.2 O abandono de animais domésticos

O abandono ou maus tratos aos animais são crimes previstos por lei. Conforme a Lei Federal 9.605 de 1998, em seu artigo 32, a pena para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é de detenção de três meses a um ano e multa.

Além disso, quando se tratar de cão ou gato, a pena aumenta para dois a cinco anos de reclusão, multa e proibição da guarda, de acordo com a Lei Federal 14.064 de 2020, popularmente conhecida como Lei Sansão, cujo nome lhe foi dado em virtude dos maus tratos sofridos pelo cão pitbull Sansão.

Todavia, o abandono de animais continua sendo uma realidade, e na visão de Barboza (2017), acontece em todas as classes sociais. Ao passo que, tem como principais causas, o fato de não serem mais desejados, ficarem doentes, a falta de recursos financeiros para mantê-los, a falta de orientação, a não adaptação, e, muitas vezes, a falta de consciência da posse responsável. “Entende-se que nesse contexto, o abandono, em geral, é determinado pela dificuldade ou falta de recursos que cuidar de outros requer” (NUNES, 2019, p.14).

1.2.1 ONG de proteção animal

Em meio a essa situação, existem as organizações não governamentais (ONGs), que são entidades privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo propósito é defender e promover uma causa política (POLITIZE, 2017). Referente a causa animal, “no Brasil, a pioneira foi a União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), criada na cidade de São Paulo, em 1895, e que existe até os dias de hoje” (OSTOS, 2017). Segundo Catapan (2018, p.16):

No que tange à abrigos temporários e/ou permanentes, as organizações não governamentais (ONGs) de proteção animal têm um papel importante no controle da densidade populacional de cães e gatos, pois em sua maioria, fazem o recolhimento de animais doentes, mutilados, atropelados e/ou violentados, levando-os para tratamento, castração e posterior encaminhamento para adoção.

Entretanto, existem muitos abrigos que estão lotados e a adoção não é o suficiente para dar conta da alta quantidade de animais disponíveis (DOGHERO, s.d.). Ademais, os abrigos terminam se transformando em depósitos de animais, pois de acordo com Veiga (2020), além de dar conta dos animais errantes, algumas ONGs recebem aqueles que são descartados por pessoas, que acreditam que deixar o animal em um abrigo é menos grave do que abandoná-lo na rua. Ainda no ponto de vista de Veiga (2020):

Se isso alivia erroneamente a crise de consciência da pessoa, eticamente não há nenhuma diferença. Continua sendo abandono e dos mais cruéis. Imagina um animal que conheceu minimamente o que é ter uma casa, se ver jogado em uma baía de abrigo, tendo que disputar espaço, comida, muitas vezes escassa, e atenção com dezenas de outros cães. Muitos morrem de depressão, ou de doenças causadas pelo convívio coletivo, que o cão não tem imunidade. Outros morrem porque não conseguem se adaptar à nova vida, não conseguem se alimentar, ou acabam se envolvendo em brigas, muitas vezes fatais.

Dessa forma, pode-se observar alguns obstáculos encontrados pelas ONGs, referente ao posicionamento da sociedade quanto a causa. Além do mais, para Conde (2017), a ausência de cooperação estatal na realização de políticas públicas que ampare sua atuação, prejudica sua atividade e pode gerar danos a terceiros.

Enquanto isso, Delabary (2012) afirma que a principal consequência do aumento desses animais errantes vivendo nas cidades é o descontrole populacional. Milhares de cadelas e gatas tem filhotes a cada três meses de gestação aproximadamente, e por conta das condições precárias em que vivem, se tornam vetores de doenças para a população humana. Por conseguinte, com o intuito de solucionar esse problema, entram em cena os órgãos responsáveis pelo controle de zoonoses.

Em 1973 a Organização Mundial de Saúde recomendava a captura e eliminação de animais abandonados, pelos centros de controle de zoonoses, como único método efetivo de controle dessa população. Porém, em 1992, diante da análise desse método, aplicado em vários países, a OMS concluiu como ineficaz, visto que além de ser um método caro, a reprodução desses animais é muito rápida, como pode ser observado na Figura 1, e a taxa de sobrevivência sobrepõe a de eliminação (UIPA, 2014).

Figura 1: Pirâmide de reprodução de animais não-castrados no intervalo de 10 anos.

Fonte: American Humane Association apud Jornal Sol, 2018

Além do mais, segundo Delabary (2012), “os animais capturados ainda são vítimas de maus tratos após serem recolhidos pelo órgão municipal, antes de sofrerem uma morte cruel que vai desde tiro de pistola até inalação de éter”. Esses fatos mostram que o extermínio de animais não é apropriado, pois trata de forma restrita um problema múltiplo e cíclico, visto que o animal de rua não nasceu na rua, mas sim das ações falhas da sociedade (FERREIRA, 2016).

Dessa forma, de acordo com Silva (2017, p.26), “tal controle deve ser contemplado em programas e políticas públicas nos municípios, atuando nas principais causas do problema do excesso populacional: a procriação de cães e gatos e a responsabilidade humana quanto à posse”. Em concordância, Santana e Oliveira (2006, p.93) afirma que:

A solução para o problema, tanto da superpopulação quanto do abandono, parte da adoção do método humanitário de prevenção ao abandono pelo poder público, caso anseie por reduzir, senão eliminar esses problemas. O método humanitário consiste na realização de amplas campanhas de educação para a guarda responsável, além da promulgação e implementação de instrumentos legais que possam efetivar a proteção à fauna, específicos à guarda responsável, além da implementação de um amplo programa de vacinação, esterilização dos animais errantes e mesmo daqueles cujos guardiões não desejem ou não possam abrigar mais crias, além de se efetuar o recolhimento seletivo, visando, também, a adoção e tratamento médico-veterinário, e só recorrer à eutanásia humanitária para os casos irreversíveis de animais doentes graves ou, então, muito agressivos.

Por conseguinte, Ferreira (2016, p.57) conclui que “a falta de oferta por parte do poder público de métodos de castração e educação para a guarda responsável, aliada à falta de planejamento familiar e financeiro, resultam em falhas de postura, que levam ao abandono e aumento da população de animais nas ruas”.

Diante do que foi elencado, é notório a necessidade de políticas públicas voltadas à causa animal a partir de três princípios: educação, saúde e adoção. Nesse sentido, a construção de um centro público de saúde animal viria contribuir de forma prática e efetiva. Como um instrumento de conscientização, através das campanhas de imunização e castração; como ferramenta de atenção básica à saúde animal, suprindo as necessidades da população ao oferecer atendimentos gratuitos; e como um aliado na questão da adoção, ao oferecer tratamento para os animais resgatados pelas ONG's locais.

1.2.2 Hospitais veterinários públicos no Brasil

A maioria dos países da América Latina não possuem uma política nacional de manejo populacional de animais. À vista disso, algumas cidades e estados estabelecem medidas individuais para a problemática (SILVA, 2017). Como é o caso da cidade de São

Paulo, pioneira na construção de hospitais veterinários públicos no país, e do Recife, onde se encontra o primeiro hospital veterinário público do Norte e Nordeste.

Atualmente, a cidade de São Paulo conta com três hospitais veterinários públicos. A Figura 2 mostra o primeiro que foi construído, localizado na Zona Leste da cidade e está em funcionamento desde julho de 2012, a Figura 3 mostra o segundo, localizado na Zona Norte, em funcionamento desde janeiro de 2014 e o mais recente, inaugurado em agosto de 2020, fica na Zona Sul, indicado nas Figuras 4 e 5. As três unidades oferecem serviços médicos veterinários gratuitos exclusivos aos moradores da cidade de São Paulo e, prioritariamente, à população de baixa renda que é assistida por programas sociais como o Bolsa Família, Renda Mínima, Renda Cidadã ou outro programa equivalente (CIDADE DE SÃO PAULO, 2020).

De cima para baixo, da esquerda para a direita. Figura 2: Fachada do Hospital Veterinário Público Zona Leste. Figura 3: Fachada do Hospital Veterinário Público Zona Norte. Figura 4: Fachada do Hospital Veterinário Público Zona Sul. Figura 5: Recepção do Hospital Veterinário Público Zona Sul.

De cima para baixo, da esquerda para a direita. Fonte: Cidade de São Paulo, 2019; Cultura Mix, 2013; Gazeta da Zona Sul, 2020; Leon Rodrigues apud R7, 2020

Nos hospitais são oferecidos serviços como consultas, cirurgias, exames laboratoriais e internação; totalizando oito especialidades: clínica geral, oftalmologia, cardiologia, endocrinologia, neurologia, oncologia, ortopedia e odontologia. Devido à grande procura, os atendimentos são realizados priorizando os critérios médicos de urgência e

emergência e a disponibilidade de vagas, indicados na Figura 6 (CIDADE DE SÃO PAULO, 2020).

Figura 6: Critérios médicos adotados como prioridade de atendimento.

Fonte: Cidade de São Paulo, 2020

Com a construção Hospital Veterinário da Zona Sul, a prefeitura de São Paulo esperava desafogar os hospitais existentes e reduzir o tempo de espera por atendimentos (CIDADE DE SÃO PAULO, 2019). Entretanto, a demanda ainda continua sendo alta, visto que somando as senhas que são oferecidas diariamente nos três hospitais, são realizados apenas 73 atendimentos por dia (ANCLIVEPA-SP, s. d.). Ao passo que, para a cidade de São Paulo essa quantidade se torna ínfima, pois, segundo o Instituto Pet Brasil (2019), a cidade possuía em 2018 a maior concentração de animais domésticos do país, sendo aproximadamente 13,2 milhões de cães e 5,1 milhões de gatos.

Enquanto isso, no Hospital Veterinário do Recife Robson José Gomes de Melo (HVR), observado nas Figuras 7 e 8, a situação se repete: o número de atendimentos também não consegue suprir a demanda (NUNES, 2019). Além disso, assim como os de São Paulo, o HVR prioriza os atendimentos de animais provenientes de famílias de baixa renda.

Da esquerda para a direita. Figura 7: Fachada do Hospital Veterinário do Recife Robson José Gomes de Melo (HVR). Figura 8: Recepção do HVR.

Da esquerda para a direita. Fonte: Andréa Rêgo Barros apud Extra, 2017; Diário de Pernambuco, 2017

Inaugurado em 08 de junho de 2017, o hospital conta com uma estrutura composta por recepção, ambulatórios, bloco cirúrgico, sala de pós-cirúrgico, centro de diagnóstico por imagem contendo ultrassom e raio-x, laboratório de hematologia, sala de vacinação e odontológica, administração e estacionamento (SEDA, s.d.).

A média de atendimentos do hospital é de aproximadamente 70 casos clínicos diários (cerca de 1.500 por mês) e mais de 35 exames radiográficos por dia (mais de 750 mensais), além das castrações, que também são gratuitas (EXTRA, 2017). Porém, como mencionado inicialmente, essa capacidade de atendimentos se torna insuficiente diante da quantidade de animais que chegam diariamente ao local.

À vista disso, é possível notar a necessidade da adoção de iniciativas como essas pelo setor público dos municípios, no tocante a saúde animal da população em situação de vulnerabilidade social. De forma que seja possível suprir a grande demanda desse público, numa tentativa de minimizar os casos de abandono de animais ao longo do tempo.

1.3 Arquitetura hospitalar

“A elaboração do projeto arquitetônico para construção de estabelecimentos assistenciais de saúde é um processo complexo que deve satisfazer a significativa diversidade de critérios técnicos e de compatibilidades físico-funcionais” (SANTOS E BURSZTYN, 2004, p. 29 apud BRITO, 2013, p.177). Segundo ele, além de atender as demandas tecnológicas, climáticas e espaciais, o projeto deve, com fundamental relevância, satisfazer os seus usuários.

Em conformidade, Góes (2004) afirma que, a complexidade do hospital é resultante da diversidade de atividades existentes em um único edifício. No qual coexistem a alta tecnologia, os diferentes processos de atuação profissional (atendimento médico e serviços complementares) e atividades de características industriais (lavanderia, serviço de

nutrição, transportes, entre outros). Ademais, ele ainda cita pontos que devem ser levados em conta na arquitetura hospitalar: o programa, plano diretor, flexibilidade, expansibilidade, contiguidade, valência e tipologia da internação.

Dessa maneira, a unidade de saúde deverá contemplar não só os padrões impostos à instituição, como também as necessidades de atendimento do cliente, ao passo que se torne um ambiente acolhedor, humanizado e com capacidade de amparar de forma confortável o paciente (BRITO, 2013).

1.3.1 Arquitetura de estabelecimentos médico-veterinários

A Resolução Nº 1.275, de 25 de junho de 2019, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências.

Segundo a resolução, as unidades onde são realizados quaisquer tipos de intervenção médico-veterinária são consideradas estabelecimentos médico-veterinários. Esses estabelecimentos recebem diferentes denominações como ambulatórios, consultórios, clínicas ou hospitais veterinários. Por conta do porte e da finalidade, o anteprojeto do centro de saúde proposto neste trabalho, seguirá as determinações compatíveis para uma clínica veterinária.

Sendo assim, o funcionamento, as instalações e os equipamentos necessários para cada tipo de estabelecimento são subordinados às condições e especificações presentes na norma citada. No caso das clínicas veterinárias, o Art. 8º da resolução Nº 1.275 determina que “são estabelecimentos destinados ao atendimento de animais para consultas, tratamentos clínico-ambulatoriais, podendo ou não realizar cirurgia e internação, sob a responsabilidade técnica, supervisão e presença de médico-veterinário durante todo o período previsto para o atendimento ao público e/ou internação”.

Além disso, o Art. 9º define que são obrigatórios, para o funcionamento de uma clínica, os setores de atendimento (recepção, banheiro, balança e consultório), cirúrgico (sala de cirurgia, sala de esterilização de materiais), de internação (baias individuais) e de sustentação (almoxarifado, copa, banheiros/vestiários, estoque, unidade refrigerada).

Ainda tratando-se dos espaços de atendimento à saúde, atualmente surgiu o conceito de humanização dessas unidades. Em outras palavras, busca-se através da concepção arquitetônica, amenizar os problemas das práticas médicas, de modo a priorizar o bem-estar do paciente e de seus acompanhantes. Assim, a atenção com o conforto ambiental

(espaços amplos e arejados, luzes, jardins, cores), com o oferecimento de áreas de lazer (salas de recreação, pequenas lojas, restaurantes) e até mesmo com a decoração, afastam a imagem da dor, sofrimento e morte, que é comum do hospital tradicional (GOMES, 2018). Em concordância, Nagasawa, 2010 apud Brito, 2013, p.179 afirma que:

Desde tempos antigos, é sabido que o ambiente natural é um contributo significativo para a recuperação da doença. Os novos caminhos da arquitetura hospitalar passam por recriar ambientes de cura em hospitais e centros de saúde, sendo o ambiente acolhedor e humanizado um dos grandes atributos do hospital moderno.

Conforme Maldonado e Garcia (2015), em relação aos atendimentos veterinários, a redução do estresse é importante para o conforto do paciente. Ambientes inadequados podem afetar a saúde, o comportamento e a qualidade de vida do animal. Em vista disso, se faz necessário o cuidado com o local onde o animal se encontra, de forma a eliminar fatores que causam estresse e e/ou que impedem a expressão do comportamento natural, como barreiras físicas, o isolamento e a superlotação. Ainda de acordo com os autores:

O ambiente exerce grande influência para os animais, especialmente quando estão em confinamento prolongado e não têm espaço suficiente para brincadeiras, exercícios e interação com o ser humano ou outros animais. São fundamentais as avaliações da arquitetura das instalações, dos materiais de construção e de acabamento utilizados (tipo de pisos, paredes, portas, janelas, tetos); do espaço disponível e da maneira como é utilizado pelos animais (p. ex., espaço para o descanso, espaço para a alimentação, espaço para as excreções e as interações), além das condições climáticas, tanto no ambiente interno como externo (vento, correntes de ar, qualidade do ar, odores, altitude, umidade etc.). A espécie, a raça, o sexo e a idade são fatores importantes para a avaliação do bem-estar em virtude das diferenças de comportamento, fisiologia e necessidades.

Neste sentido, o bem-estar natural é tido como obrigatório ao desenvolver estratégias arquitetônicas que favoreça experiências seguras e de confiança, que proporcione a interação do animal com o entorno e com outros seres vivos (animais e pessoas), obtendo como resultado uma estabilidade emocional e comportamental que facilitará o reestabelecimento de sua saúde (AGUIAR et al, 2017). Dessa forma, Maldonado e Garcia (2015, p. 6803), apresentam uma lista de razões pelas quais é essencial promover um programa de bem-estar na clínica de pequenos animais:

- Assegurar que todos os pacientes recebam os melhores cuidados;
- Assegurar que se aproveitem e se utilizem da melhor maneira os recursos humanos e as instalações da clínica;
- Fazer com que os clientes enfrentem menos crises, detectando precocemente os problemas comportamentais e sanitários dos seus animais;
- Garantir que os pacientes desfrutem de uma vida mais sadia e longa, o que poderia implicar para o clínico maior benefício expresso em visitas e utilização dos serviços da clínica;

- Estimular que os funcionários se sintam mais orgulhosos, comprometidos e satisfeitos com seu trabalho;
- Incentivar os tutores e a comunidade em geral a incrementar seus contatos educativos com a clínica (p.ex., aulas para socialização de filhotes e comunicação animal, controle do comportamento, educação básica e entretenimento, controle da reprodução, profilaxia e prevenção de enfermidades infecciosas e parasitárias, bem-estar nutricional e saúde oral).

Logo, trabalhar com um programa desse tipo, implica reconhecer e buscar por soluções arquitetônicas que priorizem um serviço veterinário centrado na relação humano-animal. Dessa maneira, é possível satisfazer as necessidades projetuais e melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos, desde o animal, o proprietário, e o clínico.

1.4 Saúde animal em Alagoinhas

1.4.1. Políticas públicas voltadas à causa animal

Do ponto de vista legal, o município de Alagoinhas conta com leis municipais que englobam desde ações que contribuam com a causa, até as coibições e obrigatoriedades vigentes no município. No caso da Lei Municipal Nº 1879 de 26 de novembro de 2007, a mais antiga ainda em vigor, considera de utilidade pública a Fundação de Proteção aos Animais Anjos de Quatro Patas², com sede e foro nesta cidade. Sendo essa uma das primeiras ações que a prefeitura apoiou a favor da proteção aos animais.

A próxima lei ainda em vigor, Lei Municipal Nº 2220, foi sancionada em 15 de julho de 2013. Dispõe sobre a instituição do Dia Municipal de Proteção e Bem Estar dos Animais no Município de Alagoinhas, que deverá ser comemorado todo dia 04 de fevereiro. Sendo a semana que antecede esse dia, denominada de Semana de Proteção e Bem Estar dos Animais onde, segundo a lei:

(...) a Vigilância a Saúde realizará ações educativas nas escolas municipais e junto a população em geral, a exemplo de palestras, exibição de material audiovisual e atividades artísticas e lúdicas, visando despertar a conscientização sobre a posse responsável dos animais, garantindo aos mesmos condições dignas de vida que assegurem o seu bem estar e a sanidade dos animais, combatendo as zoonoses.

Já em 2019, foram sancionadas mais três leis de proteção animal. A primeira, Lei Municipal Nº 2462 de 23 de janeiro de 2019, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção aos Animais. Esse órgão tem como objetivo desenvolver medidas de proteção aos animais, sejam eles de grande ou pequeno porte. De acordo com a lei, compete ao conselho:

² Maiores informações sobre a Fundação constam na página 16.

- I - desenvolver um cronograma anual de atividades a serem realizadas, visando à proteção dos animais, dentre elas obrigatoriamente, a campanha anual de vacinação e esterilização;
- II - promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção dos animais e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários;
- III - promover, trimestralmente, o programa de adoção de animais capturados nas ruas;
- IV - realizar campanhas no Município para que os animais não sofram maus tratos e não sejam vítimas de violência;
- V - adotar medidas para que não ocorra o sacrifício de animais no Centro de Controle de Zoonoses, a não ser que seja estritamente necessário;
- VI - elaborar, anualmente, um relatório das atividades desenvolvidas.

A segunda lei, Lei Municipal Nº 2463 de 24 de janeiro de 2019, sancionada no dia seguinte da lei anterior, trata da coibição dos maus tratos aos animais em lugar público ou privado, através da aplicação de penalidades. Além disso, em outubro do mesmo ano, foi sancionada a terceira e última lei em vigor até os dias atuais, Lei Municipal Nº 2492 de 30 de outubro de 2019. Onde dispõe sobre a doação de um terreno de propriedade do município de Alagoinhas à Fundação Anjos de Quatro Patas, sendo o imóvel destinado, exclusivamente, para a construção da nova sede da fundação. Essa doação tem a validade de dois anos desde a sua publicação, retornando à propriedade do município, caso não seja realizado o projeto para o qual o terreno foi destinado.

Em 2019, a prefeitura apoiou também o projeto Educa Pet, idealizado pelo veterinário Lucas Gomes. O projeto propõe um trabalho educacional nas escolas municipais, por meio da realização de palestras para conscientização dos alunos quanto a saúde animal, a fim de reduzir o abandono de cães e gatos, a diminuição dos riscos de transmissão de zoonoses e o controle da natalidade desses animais. Além disso, o projeto desenvolve algumas atividades interdisciplinares com os alunos, como a realização de gincanas, feiras para adoção, campanhas, visita à Fundação Anjos de Quatro Patas e o cadastramento do aluno para a castração do seu pet a um preço acessível (PREFEITURA DE ALAGOINHAS, 2019).

Ademais, a prefeitura segue o calendário anual de vacinação antirrábica da União, disponibilizando locais para a vacinação gratuita dos animais da população. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), a vacinação representa a principal medida de prevenção à zoonose (PREFEITURA DE ALAGOINHAS, 2020). Porém, apesar de ações como essa e de ser mencionado na Lei 2462/2019, o município ainda não possui um centro de controle de zoonoses, “órgão responsável pelo controle de agravos e doenças transmitidas por animais (zoonoses)” (BARROSO e LIMA, 2012).

Diante do que foi exposto, é possível notar que algumas medidas vêm sendo adotadas pela prefeitura visando a causa animal, essas medidas são representadas, principalmente, pelas leis municipais. “No entanto, os documentos legislativos mostram-se incipientes no que se refere à intervenção ativa do poder público na promoção da saúde animal” (SILVA, 2017). Fica a cargo das organizações não governamentais atuarem de forma concreta, resgatando os animais da rua, oferecendo tratamento de saúde e realizando a castração, método considerado como o mais efetivo para o controle da população animal e consequente redução de zoonoses.

1.4.2. Projetos voluntários de proteção animal

Buscando entender qual o impacto que um centro público de saúde animal causaria no tocante a causa, foram realizadas conversas informais com os fundadores de alguns projetos sociais existentes na cidade. São projetos voltados exclusivamente para os animais errantes, salvo o projeto Castração Solidária, que ajuda também animais pertencentes às famílias de baixa renda.

Apenas um deles permitiu a visita, a Fundação Anjos de Quatro Patas, os demais responderam perguntas enviadas por aplicativo de mensagens. A partir disso, foram obtidos dados sobre os trabalhos realizados por esses projetos, as problemáticas enfrentadas e a situação atual de cada um.

- **Fundação Anjos de Quatro Patas**

Considerada de utilidade pública pela Lei Municipal Nº 1879 e pelo Estado, a Fundação Anjos de Quatro Patas atua desde dezembro de 2005. Sendo fiscalizada pelo Ministério Público e pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia. Sua equipe é formada por uma diretora administrativa, dois veterinários e quatro cuidadores de animais e da limpeza do local.

A fundação tem como objetivo resgatar os gatos, cachorros e cavalos errantes, proporcionar um abrigo temporário e encaminhar para adoção. Porém, na prática, além de dar abrigo, ela promove os cuidados com a saúde desses animais que na maioria das vezes se encontram doentes, custeando os tratamentos médicos, como cirurgias, esterilizações, imunizações e remédios, sendo essas suas maiores despesas. Dessa forma, ao somá-las com os custos básicos para o funcionamento do local, a fundação acaba constantemente passando por dificuldades financeiras.

Por meio de incentivos da prefeitura, a fundação recebe mensalmente uma verba fixa, oriunda da Secretaria de Saúde (SESAU) e da Secretaria de Desenvolvimento

Econômico e Meio Ambiente (SEDEA). Entretanto, além de ser insuficiente, é comum acontecerem atrasos no recebimento dessa verba, o que faz com que a Fundação constantemente venha a público pedir doações à população.

Atualmente, a Fundação está localizada em um imóvel alugado no Juracy Magalhães, um bairro central de Alagoinhas. Por ser um bairro predominantemente residencial, os donos do imóvel acabam recebendo diversas reclamações dos moradores vizinhos, quanto aos latidos dos cachorros abrigados no local. Além disso, o imóvel se encontra em condições precárias e com espaços insuficientes, sem permissão para ampliação, fato que dificulta o trabalho com os animais e contribui para a superlotação do local.

Dessa forma, pela pressão da população e pela falta de espaço, a ONG precisa remanejar esses animais para outro local, onde consiga acomodá-los de forma mais confortável, com ambientes mais espaçosos e longe de residências, evitando possíveis reclamações. Com isso, a partir da ajuda de vereadores que se sensibilizaram com a situação, a prefeitura doou um terreno para a construção da nova sede da ONG, localizado numa área afastada do perímetro urbano, indicado na Figura 9.

Figura 9: Localização da Fundação Anjos de Quatro Patas.

Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2021

Atualmente a Fundação consegue abrigar aproximadamente 150 animais, são gatos e cachorros distribuídos entre a ONG e alguns lares temporários, além de cavalos que são abrigados em roças da zona rural, por falta de espaço na sede. Segundo a diretora,

Ivonildes Mendes, “a sede não consegue acolher todos esses animais, pois se encontra com ausência de espaços”.³ No entanto, mesmo com a doação do terreno para construção da nova sede, não sobra dinheiro para dar início ao projeto, visto que todo tipo de ajuda é direcionado para os cuidados dos animais e o pagamento das contas.

Durante visita a Fundação, foi possível observar que mesmo com todo o empenho da equipe para manter o abrigo em funcionamento, os ambientes se encontram em condições insalubres, tanto para os animais quanto para a equipe de trabalho. O abrigo possui paredes deterioradas e com focos de umidade em sua totalidade, indicadas na Figura 10 e 11; os portões e as telas de proteção, das baias dos animais, estão danificados e oxidados, indicados na Figura 12; o piso do pátio central está comprometido, e além de absorver as secreções dos animais e formar poças em dias chuvosos, serve também para o acúmulo do lixo comum, como mostra a Figura 13; sendo o lixo hospitalar reservado numa caixa que fica guardada na mesma sala onde preparam-se os alimentos dos animais e dos funcionários.

³ Informação verbal concedida por Ivonildes Mendes, através de conversa realizada na visita de campo à Fundação Anjos de Quatro Patas. Janeiro, 2021.

De cima para baixo, da esquerda para a direita. Figura 10: Fachada da Fundação Anjos de Quatro Patas. Figura 11: Canil coletivo com focos de umidade. Figura 12: Telas do gatil com remendos. Figura 13: Pátio central.

Fonte: Autoria própria, 2021

Apesar de haver alguns depósitos, os espaços não são suficientes. É possível observar objetos espalhados por toda a parte, como por exemplo, embaixo da caixa d'água e em cima do telhado, indicados na Figura 14 e 15. Quanto a despensa, o depósito de material de limpeza, o depósito de remédios, o depósito de lixo hospitalar, a cozinha para preparo das comidas dos animais, a copa para os funcionários, a sala da diretoria e a sala de reunião, estão todos reunidos em uma única sala, que pode ser observada na Figura 16.

Como mencionado anteriormente, a insalubridade estende-se por todos os ambientes. Entretanto, o local que mais chama a atenção são as baias de tratamento para os animais mais debilitados. Um espaço destinado exclusivamente à reabilitação da saúde, mas que por conta das condições físicas do ambiente, pode se tornar um vetor para a contaminação por outras doenças e agravamento do estado do animal. É um local escuro, úmido, sem ventilação, apesar da existência de cobogós, sem nenhum tipo de revestimento cerâmico no chão ou nas paredes, e insuficiente, devido a presença de animais doentes fora das baias, como pode ser observado na Figura 17.

De cima para baixo, da esquerda para a direita. Figura 14:Objetos em cima do telhado. Figura 15: Objetos sendo empilhados embaixo da caixa d'água. Figura 16: Sala principal do abrigo. Figura 17: Baías de tratamento.

Fonte: Autoria própria, 2021

Embora toda a dificuldade que o abrigo enfrenta, é possível notar os esforços que os trabalhadores desempenham, para oferecer o máximo de ajuda que eles puderem e tentar amenizar a situação desses animais que são exclusivamente vítimas da sociedade. Durante a visita, foi possível perceber o cuidado que essas pessoas têm e a assistência que eles prestam durante todo o dia, seja para consertar algo ou para dar os medicamentos, como mostra a Figura 18, e até mesmo para apartar as eventuais brigas dos animais.

Figura 18: Cuidadora medicando os cães.

Fonte: Autoria própria, 2021

Outro grande problema que a Fundação encara, é o descarte de animais em sua porta. Diariamente são deixados no local animais doentes, idosos ou novas ninhadas de cães e gatos. Dentre os vários motivos que levam essas pessoas a terem tal atitude, o mais comum é a falta de recursos para cuidar desses animais ou a opção de não querer se responsabilizar por eles, aumentando ainda mais a lotação do local.

Diante desta perspectiva, segundo a diretora, as políticas públicas deveriam dar mais atenção aos projetos voltados para causa animal, pois é uma questão de saúde pública. Uma vez que, tira-se das ruas animais que podem disseminar doenças para os humanos. Focar apenas em campanhas de vacinação antirrábica não é o bastante, os animais precisam de muito mais, como atendimento médico, encaminhamento para adoção e conscientização da população.

- Castração solidária

O projeto Castração Solidária é resultado de uma ação voluntária de pessoas que, sensibilizadas com a situação do abandono de animais na cidade de Alagoinhas, resolveram se reunir e ajudar financeiramente no custeio das castrações de cães e gatos errantes.

Criado em 2015, o projeto é formado por mais de 90 protetores de animais. Eles interagem através de um grupo em um aplicativo de mensagem e cada participante se compromete a efetuar uma doação mensal de qualquer valor para uma conta em comum do grupo. Além disso, existem médicos veterinários no grupo que são responsáveis por realizar as castrações a baixo custo e consultas.

A prioridade é a castração dos animais de rua. Porém, se alguma pessoa de baixa renda, tutor ou protetor de animal, entrar em contato buscando ajuda para o pagamento de algum serviço de saúde, o projeto consegue esse serviço. Através do arrecadamento da quantia com os participantes do grupo, esse valor é depositado na conta da pessoa responsável pelo animal e pelo pagamento no estabelecimento.

De acordo com o idealizador do projeto, Van Pet, antigo voluntário da Fundação Anjos de Quatro Patas, “a ideia de criar o grupo surgiu da observação da superlotação da ONG devido a grande quantidade de animais que ela atende. Dessa maneira, o Castração Solidária nasceu da intenção de reduzir o índice da população de animais errantes na cidade, realizando a castração gratuita desses animais e conseqüentemente, reduzindo a população de animais atendidos pela fundação”.⁴ Pois, segundo ele:

O meio mais correto de se acabar com a proliferação de animais errantes, que são animais de rua que parem muito, é a castração. Castrando um animal, você evita a proliferação de filhotes, o abandono, e evita tumores, doenças que venham acometer o animal através do útero.

O idealizador ainda relata que o início do projeto não foi fácil. Houveram denúncias contra o grupo, pois alguns médicos veterinários da cidade os consideraram uma perda de rentabilidade para a área, diante da ajuda que o projeto oferecia no pagamento da castração e dos serviços de saúde. No entanto, o Castração Solidária completou, em 2020, 5 anos de ações voluntárias e está planejando a construção de uma clínica de castração gratuita na cidade, para os animais abandonados e para aqueles provenientes de famílias carentes.

- ONG Miau Feliz

A ONG Miau Feliz surgiu em 2017, através de uma iniciativa de alimentar os gatos que estavam abandonados no campus de uma universidade da cidade. Essa ação voluntária durou dois anos, até a criação da ONG, que ocorreu em agosto de 2019. Segundo os seus fundadores, “a fome e o sofrimento desses gatos eram tão grandes que a gente não conseguiu mais parar de cuidar deles. (..) Até que, não aguentando mais ver tanto sofrimento, tomamos a decisão de alugar uma casa e resgatar esses gatos, e assim criamos a Miau Feliz”.⁵

O objetivo da ONG é melhorar a qualidade de vida dos gatos que se encontram em situação de abandono. A partir disso, são realizados os resgates desses gatos, os

⁴ Informação concedida por Van Pet, através de conversa por aplicativo de mensagens. Janeiro, 2021.

⁵ Informação concedida pelos organizadores da ONG, através de conversa por aplicativo de mensagens. Janeiro, 2021.

cuidados veterinários que eles precisam, como exames de rotina, imunização e castração, e posteriormente, o encaminhamento para adoção.

Atualmente a Miau Feliz é responsável pela alimentação e saúde de 114 gatos, sendo 56 gatos em seu espaço físico, 18 gatos em lares temporários e mais 40 gatos que ainda vivem no campus, por falta de espaço na a sede. Por conta disso, muitas vezes é realizado o CED, que é a captura, esterilização e devolução para o habitat de origem. Diante disso, a ONG necessita urgentemente de uma ampliação em seu espaço físico.

No entanto, como dependem exclusivamente de doações, sem receber nenhuma ajuda de órgãos públicos ou privados, ao final do mês não sobram recursos para colocar essa ampliação para frente. Pelo contrário, na maioria das vezes faltam recursos até mesmo para o pagamento das contas mensais, como ração, aluguel e atendimento veterinário.

Um entrave encontrado pela ONG, que contribui para a superlotação do abrigo, é a falta de conhecimento dos adotantes sobre a posse responsável. Em muitos casos, a adoção não é liberada ou o adotante desiste, por não querer cumprir com alguns requisitos que fazem parte da política de adoção da ONG. Esses requisitos buscam garantir o bem estar dos gatos mesmo estando sob os cuidados do tutor.

De maneira geral, em ambos os casos, pode-se observar que os projetos voluntários lidam principalmente com animais que se encontram com a saúde debilitada. Ficando a cargo desses projetos, através de doações da população, além de oferecer alimentação e abrigo, custear as despesas com os cuidados médicos, como consultas, cirurgias e remédios, que comumente não são baratos.

1.4.3 Estabelecimentos médico-veterinários

Diante do cenário exposto nos subtópicos anteriores, é notório que existe em Alagoinhas uma escassez de iniciativas públicas voltadas para a causa. As poucas ações que representam esse tipo de iniciativa são as leis de proteção animal e alguns projetos voluntários, deste modo sendo insuficientes para a demanda local.

Além disso, todos os estabelecimentos veterinários da cidade são particulares e, portanto, não realizam atendimentos gratuitos para os tutores de baixa renda. Essa situação implica no desfavorecimento dessa parcela da população, quanto aos serviços médicos que seus animais possam necessitar. Nesse contexto, fica nítido a carência de equipamentos assistenciais do poder público nas questões de saúde animal.

2. ESTUDO DE CASOS

2.1 Unidade de Castração e Adoção de Animais (UCAA) em Aracaju/SE

Segundo Nunes (2019, p.12), o seu Trabalho de Conclusão de Curso, teve como objetivo “apresentar uma solução arquitetônica que colabore na redução dos casos de abandono e maus tratos de animais em Aracaju/SE”. Com essa finalidade, foi proposta a Unidade de Castração e Adoção de Animais (UCAA), ilustrado na Figura 19.

Figura 19: Fachada da UCAA.

Fonte: Nunes, 2019

Como o próprio nome já diz, a unidade seria um centro de castração e encaminhamento para a adoção. Os animais, em situação de rua, teriam acesso não só à cirurgia de castração, como também aos cuidados pós-operatórios.

Ao passo que, ao serem considerados aptos, esses animais ficariam na unidade por um tempo determinado, em canis e gatis denominados pela autora como “abrigo temporários”, onde estariam disponíveis para adoção. Caso não fossem adotados, receberiam um microchip de controle e retornariam para seu local de origem, sendo considerados “animais comunitários”. Assim, uma pessoa ou a comunidade se tornaria seu tutor e receberia uma cartilha com instruções sobre os cuidados necessários para com o animal.

Portanto, pensando na adaptação e bem-estar dos animais, foram locados no pavimento térreo as áreas de cuidado e abrigo. Além de áreas livres em contato com a massa vegetal, onde ficaria uma praça de interação entre animais e crianças, indicada na Figura 20. De acordo com a autora, “ter foco nas crianças, faz parte da educação quanto ao abandono de animais, conscientizar as crianças para que quando adultas venham a respeitar e cuidar dos animais não humanos”.

Figura 20: Vista da praça de interação.

Fonte: Nunes, 2019

Quanto aos abrigos temporários, foram locados no fundo do terreno, distantes das edificações vizinhas, a fim de contribuir com o bloqueio de latidos e ruídos. Porém, separados por telas, o que segundo Tausz (s.d.), propiciam problemas de socialização entre os cães e encorajam o excesso de latidos, como pode ser visto na Figura 21.

Figura 21: Vistas dos canis para adoção.

Fonte: Nunes, 2019

A autora pensou também na destinação dos animais que possam vir a óbito no local, projetando um espaço para o crematório ao fundo do terreno, logo após os canis, e fora da vista do acesso público.

Com relação aos aspectos construtivos, a autora buscou estratégias projetuais para o conforto ambiental e redução do consumo energético. Com o intuito de aproveitar ao máximo a iluminação e ventilação natural, o prédio principal possui um telhado com o “sistema de shed”, que permite a circulação de ar e ventilação cruzada dos ambientes, e possibilita a

iluminação difusa e dispersão do ar quente através do “efeito chaminé”, ilustrado na Figura 22. Além de telhas termoacústicas (telhas sanduíches) e telhado verde, que contribui com o conforto térmico dos ambientes.

Figura 22: Corte esquemático – detalhe da cobertura.

Fonte: Nunes, 2019

Como controle de insolação direta, as esquadrias das fachadas receberiam brises reduzindo o calor nos ambientes internos. Já nas áreas externas, os pisos drenantes de concreto ecológico cumprem com o papel de dreno da água da chuva, auxiliando na permeabilidade do solo, no conforto térmico, como também na segurança por ser antiderrapante.

Além disso, o projeto conta com espaços destinados à inclusão social voltada para causa animal. São áreas de pesquisa, com laboratórios, e de ensino, com um auditório para realização de campanhas e eventos de conscientização quanto a posse responsável, e salas de aulas para cursos de banho e tosa.

Dessa forma, a autora buscou propor um local de referência para castração e encaminhamento à adoção, contra o abandono de animais e a favor da posse responsável.

2.2 South Los Angeles Animal Care Center & Community Center

Projetado em 2013 na cidade de Los Angeles, pelo escritório RA-DA, além de funcionar como um abrigo de animais, o local oferece um atendimento médico-veterinário e um espaço comunitário para feiras de adoção. De apenas um pavimento, a edificação possui uma arquitetura que objetiva acolher o visitante e envolver a comunidade de maneira positiva e estimulante. Dessa maneira, busca-se fazer com que a instituição consiga atingir a sua meta: reduzir a eutanásia e aumentar as adoções (ARCHDAILY, s.d.).

O abrigo está localizado numa área industrial leve, rodeado por casas e próximos a avenidas movimentadas. O edifício tem sua fachada principal pintadas com cores vivas,

estrategicamente localizada na esquina do quarteirão, tornando-o mais visível e acessível possível. As árvores existentes no projeto suavizam as ruas industriais e convida a comunidade para uma pausa, como indicado na Figura 23. Já o estacionamento público, está situado de modo que o acesso seja conveniente e direto (ARCHDAILY, s.d.) conforme pode ser visto na Figura 24.

Figura 23: Elevação mostrando as árvores ao longo da edificação.

Fonte: ArchDaily, s.d.

Figura 24: Estacionamento público.

Fonte: ArchDaily, s.d.

O acesso do estacionamento foi projetado de modo a conectá-lo à área do canil. Esse percurso faz com que o visitante observe grande parte do interior do edifício mesmo que não queira adentrar o espaço, sendo exposto a visualização das pequenas salas de contenção de animais, os gatis e berçário dos gatos; a sala de répteis exóticos e assim por diante, todos os espaços apresentando animais de estimação disponíveis para adoção. Com isso, criou-se um trecho que encoraja o visitante a entrar no espaço, influenciando indiretamente na adoção dos animais (ARCHDAILY, s.d.).

Por outro lado, por conta da sua localização em uma área de grande movimentação, os ruídos externos podem impactar o bem-estar dos animais. Diante disso, uma solução utilizada foi a criação no terreno de “ruas” e uma “avenida principal” fortemente arborizadas, indicadas na Figura 25 e 26. Dessa forma, os canis são voltados para esses miniparques paisagísticos, minimizando o número de canis frente a frente, em um esforço

para mitigar os níveis de ruído e desencorajar latidos contagiosos (ARCHDAILY, s.d.). Segundo os arquitetos:

As 'ruas' secundárias que saem da avenida principal também são alinhadas com árvores para garantir que todos os canis e caminhos sejam suavemente sombreados. A copa das árvores se abre em áreas que permitem o sol entrar no espaço, para fornecer variação ao longo da avenida como você encontraria naturalmente em um parque ou espaço florestal. Esses esforços de mitigação de sol e ruído, em combinação com paisagismo e áreas de descanso, incentivam os visitantes a permanecerem mais tempo no jardim do canil. O ambiente mais calmo promove uma maior interação entre os visitantes e os animais e trabalha em prol dos objetivos de adoção.

Da esquerda para a direita. Figura 25: Avenida principal entre os canis. Figura 26: Vegetação em frente aos canis.

Fonte: ArchDaily, s.d.

Além disso, foi criado na extremidade do terreno, um parque paisagístico denominado de “Boulevard Principal”, localizado no setor de jardins da planta de setorização, projetado para acomodar um grande grupo de pessoas, talvez escolas que visitam o prédio por seus aspectos educacionais (ARCHDAILY, s.d.).

A Figura 27 indica a setorização do programa de necessidades formado por cinco setores: o setor de estacionamentos, contendo a parte pública e privada; o setor do centro comunitário, onde são promovidas as feiras de adoções; o setor do centro de cuidados, composto por uma clínica veterinária, pet shop, sala administrativa, sala de funcionários, refeitório, gatis, entre outros; o setor de jardins, formado por uma avenida principal e ruas secundárias por entre os canis; e por último o setor dos canis (RAMOS, 2017).

Figura 27: Planta de setorização.

Fonte: Ramos, 2017

Ademais, em todo o projeto foi utilizada uma arquitetura sustentável. Os materiais de construção possui conteúdo reciclado, sendo encontrados na região, como caracteriza os arquitetos:

Os vidros de baixa emissividade e o telhado em estrela reduzem o acúmulo de calor no interior. A forma do edifício é o mais compacta possível: as divisões distribuídas de forma justa e eficiente. A galeria principal é um espaço exterior, reduzindo consideravelmente a metragem quadrada geral com ar condicionado. Os painéis solares cobrem o telhado do edifício e a clarabóia permitem a entrada de luz em todas as salas ocupadas por pessoas e animais. Todo o paisagismo do local é projetado com facilidade de manutenção e baixo consumo de água em mente. Em última análise, este edifício foi pioneiro nas abordagens aos objetivos sociais e ambientais, tornando-o único. Este edifício LEED Silver transcende sua natureza utilitária e, ao fazer isso, cria uma experiência significativa para o visitante, a equipe e a comunidade (ARCHDAILY, s.d.).

Logo, o projeto busca garantir não só o bem estar dos animais, como também da comunidade, proporcionando espaços agradáveis ao público, além de utilizar soluções projetuais sustentáveis, colaborando com o meio ambiente.

3. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

3.1 Diagnóstico do local

3.1.1 Escolha do terreno

A escolha do terreno partiu das premissas que o tema e o programa pedem, de potencialidades da área e do impacto social que o projeto trará para a região.

Uma vez que a proposta do centro de saúde animal terá um caráter público, se fez necessário a escolha de um terreno que tenha essa mesma característica. A partir disso, foram realizadas visitas em órgãos públicos da cidade, como na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SECIN e no setor de patrimônio do Centro Administrativo Municipal – CAM, para se obter informações sobre os terrenos de propriedade do município. No entanto, as poucas áreas que foram disponibilizadas, não possuem uma localização que corresponda ao principal critério estabelecido para o desenvolvimento do projeto: acessível para a população carente.

Com isso, a partir da observação dos terrenos ociosos existentes no perímetro urbano, inicialmente foi escolhida uma área na interseção dos bairros Alagoinhas-Velha e Jardim Petrolar. De propriedade pública e popularmente denominada como “Parque da Cidade”, essa área possui terrenos que se encontram há muito tempo subutilizados, tornando-se um grande vazio urbano. Porém, como um dos objetivos do trabalho é implantar o centro em um local próximo a população em situação de vulnerabilidade social, após análise da população local através de visita de campo à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), houve uma mudança no terreno.

Segundo a coordenadora de habitação da SEMAS, Carla Vieira, o local onde fica localizado o “Parque da cidade” pertence a uma das regiões privilegiadas da cidade, tanto no quesito de urbanização, quanto da população residente⁶. Por pertencer ao bairro Alagoinhas-Velha, que deu origem a cidade, essa área foi uma das primeiras a se consolidar e receber infraestrutura, fazendo com que seus lotes sejam valorizados e conseqüentemente adquiridos pela população de maior renda, fato que difere do objetivo do trabalho.

Por conseguinte, a visita à SEMAS proporcionou uma descoberta do outro lado da cidade, um “lado B” onde reside a população que muitas vezes é invisível aos olhos da sociedade. Formado por bairros periféricos, Catu, Teresópolis, Barreiro e Mangalô, essa região abriga a maior parte da população carente de Alagoinhas. Não é por acaso que 11 dos

⁶ Informação verbal concedida por Carla Vieira, através de conversa realizada na visita de campo à SEMAS. Abril, 2021.

15 conjuntos habitacionais do município, provenientes dos programas Minha Casa Minha Vida e o Casa Verde e Amarela, foram instalados no local.

Coincidência ou não, conforme foi citado anteriormente neste trabalho, a principal ONG de proteção animal da cidade, Fundação Anjos de Quatro Patas, recebeu da prefeitura a doação de um terreno em um desses bairros, o bairro Catu, para instalação de sua nova sede, como pode ser visto na Figura 28. Assim, tendo em vista que o objetivo da proposta é criar um centro de saúde animal e que a Fundação necessita de uma nova sede, torna-se propício a utilização desse terreno para o desenvolvimento de um projeto que englobe esses dois interesses. Possibilitando a criação da nova sede da Fundação com espaços para os animais que são resgatados da rua e para o atendimento médico daqueles provenientes da população de baixa renda.

Figura 28: Localização do terreno escolhido.

Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2021.

3.1.2 Análise do entorno

Com relação ao entorno imediato, o terreno está inserido em uma área de lotes vazios, de propriedade particular e do município, carente de infraestrutura, mas que é considerado um vetor de expansão urbana. Essa área fica localizada entre dois núcleos urbanos, afastados por apenas 460 metros de distância: de um lado a parte urbanizada do bairro Catu, onde se encerra o perímetro urbano, e do outro os conjuntos habitacionais Urupiara, Brisas do Catu e Parque São Francisco, como pode ser visto na Figura 29.

Figura 31: Itinerários urbanos.

Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2021.

As pessoas que optarem por utilizar o transporte coletivo para conduzir seus animais até o centro de saúde, deverão cumprir com algumas determinações citadas pela Lei 21.303/2015. De acordo com a lei, fica assegurado o transporte de animais domésticos em meios de transporte coletivos no Estado da Bahia, salvo nos dias úteis entre as 6h e 10h e entre as 16h e 19h. Além disso, o animal deverá ser transportado dentro de sua casinha e portar certificado de vacinação em dia.

Ademais, usando um raio de abrangência de 1200 metros, foi possível identificar os trajetos que a população local poderá fazer para acessar o centro de saúde sem a necessidade do transporte público, conforme indicado na Figura 32. Esse raio abrange 5 dos 7 conjuntos habitacionais da região, com isso seus moradores também poderão se encaminhar ao centro sem precisar usar ônibus.

Através destas análises dos percursos até o centro, pode-se observar a acessibilidade ao terreno por diferentes modais, tanto para os moradores vizinhos, quanto para o restante da população da cidade.

Figura 32: Raio de abrangência dos trajetos.

Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2021.

3.1.3 Características físicas

Como mencionado no tópico anterior, o terreno proposto está inserido numa área de lotes vazios de propriedade do município. A prefeitura doou 4000m² dessa área, deixando a cargo da Fundação a delimitação do lote para a construção da sede, de acordo com as necessidades do projeto.

Inicialmente, a diretoria da Fundação planejava solicitar à prefeitura, a disponibilização de um terreno que comportasse todas as testadas da frente dos lotes disponíveis, cerca de 115 metros de frente e 35 metros de profundidade. Porém, através da apresentação da proposta deste trabalho, foi decidido que o terreno doado será um lote de esquina, resultado da soma de duas porções de lotes, uma com 2.860m² e a outra com 1.140m², totalizando 4000m². Com isso, a testada da frente ficará voltada para a Rua Manoel Vitorino e a testada lateral para a Rua do Tabuleiro, ilustradas na Figura 33. Como são de propriedade do município, o desmembramento e o remembramento dos lotes poderão ser disponibilizados pela prefeitura.

Figura 33: Dimensões do terreno.

Fonte: PDDU, 2004, adaptado pela autora, 2021.

Com relação a sua topografia, demonstrada na Figura 34, a área onde se encontra o terreno apresenta aclividade de 3 metros com relação ao nível da rua. Portanto, será necessário a criação de estratégias para a implantação do projeto, de maneira a trabalhar essa diferença de níveis de acordo com as necessidades do projeto.

Figura 34: Curvas de nível no terreno escolhido.

Fonte: PDDU, 2004, adaptado pela autora, 2021.

3.1.4 Características ambientais

A partir de visita ao local, foi verificado a existência de vegetação rasteira em toda a área do terreno, além de alguns arbustos e uma árvore de grande porte, posicionada na esquerda do lote, como pode ser visto na Figura 35. Com isso, o projeto deverá ser planejado de forma que mantenha essa árvore e os arbustos, assim como acrescentado mais espécies ao local, desde que não sejam tóxicos aos animais, com o intuito de criar áreas de

sombreamento nas edificações e uma barreira acústica natural para minimizar a propagação dos latidos e ruídos da rua. Ademais, “um paisagismo planejado de forma eficiente dentro do projeto pode ser um meio para criar um microclima e amenizar temperaturas no interior das edificações”, como comenta Medeiros (et. al, 2012).

Figura 35: Vegetação existente no lote.

Fonte: Autoria própria, 2021

O clima que predomina em Alagoinhas é o tropical, com o verão longo e quente, e o inverno curto, agradável e com precipitação. A estação de maior precipitação dura de abril a agosto, sendo o mês de maio o mais chuvoso. Durante o ano inteiro o tempo é opressivo, com temperatura média anual de 24.6 °C. e a temperatura média horária variando entre agradável e quente, como mostra a Figura 36. Logo, será preciso propor estratégias arquitetônicas e um arranjo espacial dos ambientes, que favoreça o conforto térmico no interior da edificação.

Figura 36: Gráfico de temperatura média horária – Alagoinhas/BA.

Fonte: Weather Spark, 2021.

Quanto aos ventos, a direção média horária predominante em Alagoinhas é do Leste durante todo o ano, variando para o Sul em alguns meses (WEATHERSPARK, 2021), como pode ser visto na Figura 37. No que diz respeito à incidência solar, foi elaborada a carta solar de Alagoinhas, indicada na Figura 38, através do software Analysis Sol Ar.

Figura 37: Gráfico de direção dos ventos – Alagoinhas/BA.

Fonte: Windfinder, adaptado pelo autor, 2021.

Figura 38: Carta solar – Alagoinhas/BA.

Fonte: Elaborada pela autora utilizando o software Analysis Sol Ar, 2021

Dessa forma, a partir da sobreposição da trajetória solar e do sentido dos ventos sobre o terreno, ilustrada na Figura 39, pode-se observar que as fachadas principal e laterais do terreno são bem favorecidas pela direção dos ventos dominantes, o que permite um maior aproveitamento da ventilação cruzada no projeto proposto. Além disso, será levado em consideração o sentido dos ventos na localização dos canis, a fim de minimizar a propagação dos latidos em direção à vizinhança. Se faz necessário também, definir os arranjos espaciais de maneira a evitar a disseminação de doenças nas áreas de tratamento, direcionando a passagem dos ventos no sentido do animal sadio para o enfermo, como afirma Silva (2017).

Figura 39: Trajetória solar e ventilação incidentes sobre o terreno.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Referente a orientação do terreno em relação a incidência solar, nota-se que a fachada principal do terreno é voltada para o Nordeste, isso será trabalhado na concepção do projeto, principalmente na posição dos abrigos dos animais, de maneira a permitir que esses locais fiquem mais secos e frescos. Visto que, de acordo com Oliveira (2017), além de ser um instrumento principal no aquecimento dos animais, o sol juntamente com o vento atua como desinfetante natural.

A partir dessas observações, é imprescindível a criação de soluções projetuais que visem respeitar o meio ambiente, assim como propiciar maior conforto ambiental para o local, uma vez que, esses fatores influenciam diretamente na saúde e bem estar dos animais.

3.1.5 Aspectos urbanísticos

“A expansão urbana observada na cidade de Alagoinhas, ao longo do século XIX até os dias atuais, foi orientada por etapas do crescimento econômico do município”, de acordo com Souza (2019. apud ARAÚJO, 2009). Inicialmente ao longo da Ferrovia, depois por conta da instalação da Petrobrás e atualmente, desde a década de 1980, nas áreas mais afastadas do centro da cidade, como indicado na Figura 40.

Figura 40: Mapa de evolução urbana de Alagoinhas.

Fonte: Souza, 2019, adaptado pela autora, 2021.

Diante dessas análises, é possível observar que o bairro Catu, onde se encontra o terreno escolhido para o projeto, dispõe de áreas que se encontram em expansão urbana. São áreas rurais, fora do perímetro urbano, que os municípios passam a definir como urbanas, porém encontram-se sem o mínimo de equipamento urbano, permitindo o avanço da cidade sem infraestrutura para os moradores (SANTA ROSA, 2012).

Ao passo que, através de visita de campo, foi identificado a inexistência de urbanização na área em torno do terreno, onde existem ruas que fazem a ligação dos conjuntos habitacionais com o restante da cidade, indicadas nas Figuras 41 e 42. Essa situação é resultado de um crescimento extensivo por difusão urbana, em que os aglomerados, nesse caso os conjuntos habitacionais, unicamente residenciais e dependentes dos centros urbanos, são dispostos longe do perímetro urbano, em espaços carentes de infraestrutura e serviços, como afirma JAPIASSÚ e LINS (2014).

Da esquerda para a direita. Figura 41: Vista da Rua Manoel Vitorino sentido Sudeste. Figura 42: Vista da Rua Manoel Vitorino sentido Noroeste.

Fonte: Autoria própria, 2021

Diante disso, por ser um vetor de expansão urbana e por conectar as habitações de interesse social ao centro da cidade, esse local necessita urgentemente ser urbanizado para que atenda às necessidades da população. Algo que já deveria ter acontecido, visto que, a Lei Complementar Nº 12/2004, que aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Alagoinhas (PDDU 2004), estabelece em seu Art. 33 que “o Poder Executivo Municipal deverá suprir a demanda por infraestrutura, suprindo-as na medida de suas possibilidades, procurando priorizar nas suas ações a execução de obras de infraestrutura que levem em consideração o atendimento ao interesse social”.

Ainda se tratando do Plano Diretor, segundo a Lei Nº 1737/2004, que dispõe sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo e dá providências correlatas, o terreno está inserido na Zona Adensável de Uso Misto. Essa zona corresponde as áreas consideradas satisfatórias para o adensamento populacional e que comportam a diversidade de usos, residencial e não residencial. De acordo com o Anexo I desta lei, que estabelece os critérios dos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo nas áreas de uso, os lotes pertencentes a zona em questão deverão ter no mínimo 125m², com testada mínima de 5m, taxa de permeabilização de 15% nos empreendimentos que ocuparem lotes maiores que 500m², e recuos segundo os artigos 8, 9, e 10 da norma que estão sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1: Recuos e afastamentos estabelecidos pelo PDDU de Alagoinhas.

ELEVAÇÃO: FRONTAL, LATERAL E FUNDO	RECUOS: FRENTE, LATERAL E FUNDO	AFASTAMENTOS ENTRE AS EDIFICAÇÕES: LOTES COM MAIS DE UMA EDIFICAÇÃO	AFASTAMENTOS ENTRE AS EDIFICAÇÕES: LOTES COM MENOS DE UMA EDIFICAÇÃO
H>7m	$R=(H^*/10) +0,5 >1,5m$	$E=(H/10) +0,5 >1,5m$	-
H≤7m	-		
<p>Onde: R = recuo mínimo admitido H* = altura total das elevações contadas a partir da cota mais baixa do terreno H = altura total da edificação E = espaço de afastamento</p>			

Fonte: PDDU, 2004, adaptado pela autora, 2021

Quanto ao uso do solo, disposto na Seção II desta mesma Lei Nº 1737/2004, o projeto se enquadra como não residencial e incômodo. Sendo seu grau de incomodidade relativo à poluição sonora, por trabalhar com animais e/ou concentrarem pessoas, e a geração de tráfego de automóveis em razão do porte do estabelecimento, da concentração de pessoas e do número de vagas de estacionamento que serão criadas. De acordo com esta lei, as categorias de uso classificadas como incômodas, ficarão sujeitas ao cumprimento das medidas mitigadoras estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, dispostas no Anexo II da referida lei e resumidas no Quadro 2.

Quadro 2: Padrões de incomodidade e medidas mitigadoras.

PADRÕES DE INCOMODIDADE	CARACTERÍSTICAS	USO	MEDIDAS MITIGADORAS	OBSERVAÇÕES
Poluição Sonora	Geração de ruído diurno (das 07:00 às 22:00) Geração de ruído noturno (das 22:00 às 07:00)	Não residencial	Isolamento acústico, no caso de emissão de ruídos fora dos limites do imóvel;	Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; número 10151/87 e 10152/87.
Geração de Tráfego	Vagas para estacionamento de veículos: local com área construída acima de 500m ² e que receba mais que 100 pessoas ao dia.	Não residencial	Características e dimensionamento dos acessos de veículos e pedestres, com previsão, dimensionamento e disposição de vagas de estacionamento; Características e dimensionamento de embarque e desembarque de passageiros;	Permitida a instalação somente nas vias arteriais e coletoras.

Fonte: PDDU, 2004, adaptado pela autora, 2021

3.2 Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Perante todas as informações expostas ao longo do trabalho, é notória a necessidade de políticas públicas voltadas à causa animal na cidade de Alagoinhas-BA. Ao passo que, a construção de um centro público de saúde em conjunto com a fundação de proteção animal, viria colaborar de forma prática e efetiva, como ferramenta de atenção básica à saúde, minimizando o índice de abandono de animais domésticos e consequentemente o impacto que isso causa na sociedade e no bem-estar desses animais.

Além disso, é dever do governo, propor soluções para impedir a propagação de malefícios que possam atingir à saúde pública, como é o caso das zoonoses, doenças transmitidas dos animais para os humanos e que são mais recorrentes nos animais abandonados. Dessa forma, se faz necessário o apoio do poder público, de maneira a contribuir com o financiamento da obra e o funcionamento de locais como o que está sendo proposto neste trabalho.

Nesse sentido, o projeto pretende alcançar seu objetivo ao elencar três princípios fundamentais ao processo: saúde, educação e adoção. No âmbito da saúde, foram propostos espaços para os serviços de atendimento médico em período diurno. Esses espaços foram planejados de acordo com a setorização apresentada pelo Conselho Federal de Medicina

Veterinária (Resolução N°1275) e pelos dimensionamentos mínimos determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Resolução-RDC N° 50).

É importante ressaltar que a capacidade de atendimento médico desses espaços será em torno de 32 procedimentos por dia, entre consultas e cirurgias. Fazendo uma projeção para um ano, o projeto tem a capacidade de realizar aproximadamente 7.680 atendimentos, distribuídos entre a população de baixa renda e os animais resgatados pela Fundação.

Com relação a educação, o projeto pretende levar o conhecimento da causa para a comunidade, ao sugerir um local convidativo à visitação, a fim de mostrar o trabalho realizado pela Fundação e propor a interação dos animais abrigados com os visitantes, resultando em possíveis adoções. Além disso, o projeto contará com um espaço para a realização de feiras de adoções, palestras, campanhas de vacinação, entre outros eventos que a Fundação possa oferecer, todos voltados à educação sobre a guarda responsável.

Enquanto isso, o princípio da adoção foi atendido pelos ambientes destinados aos animais abrigados pela Fundação Anjos de Quatro Patas, projetados de acordo com os estudos realizados neste trabalho e pela necessidade da ONG. Dessa forma, foi possível compor um programa de necessidades e um dimensionamento preliminar, descritos na Tabela 1, em conjunto com a Fundação, que atendessem aos três princípios elencados anteriormente. O resultado disso são ambientes que se relacionam entre si e que juntos trabalham para um mesmo intuito: melhorar a qualidade de vida dos animais domésticos e reduzir o abandono.

Tabela 1: Programa de necessidades e pré-dimensionamento

SETOR	AMBIENTES	DESCRIÇÃO	QTD	*ATE (m ²)
Social	263,15			
	Praça	Local de livre acesso, destinado para o uso da comunidade	1	64,97
	Estacionamento público	Destinado ao uso dos pacientes e visitantes	1	88,50
	Bicicletário	-	1	13,44
	Deck de eventos	Local destinado para a realização de palestras, feiras de adoção, entre outros eventos.	1	96,54
Administração	103,82			
	Hall	Local de acesso à unidade	1	6,30
	Coordenação	Local destinado para a realização de adoções e arrecadação de doações	1	7,92
	Diretoria	Local destinado para atividades administrativas	1	6,12
	Sala de reunião	Local destinado para a realização de reuniões	1	7,87

	Copa	Local de alimentação dos funcionários	1	9,30
	WC PCD	Masculino e feminino	2	6,90
	WC Funcionários	Sanitários/Vestiários masculino e feminino	2	21,00
	Sala de descanso	Local de descanso dos funcionários	1	6,12
	Circulação	-	-	32,29
Saúde				213,81
	Recepção e espera	Local de atendimento do centro de saúde e do abrigo	1	27,32
	Consultório	Consultas de avaliação do paciente, exames e imunização	2	12,00
	Sala de Cirurgia	Realização de procedimentos cirúrgicos	2	11,88
	Sala de esterilização	Sala para procedimentos de higienização da equipe médica	1	6,00
	Maternidade cães (bair individuais)	Local para acomodação da cadela e dos filhotes	1	31,27
	Maternidade gatos (bair individuais)	Local para acomodação da gata e dos filhotes	1	27,04
	Canil de tratamento (bair individuais)	Local para internamento de cães em recuperação	1	20,42
	Gatil de tratamento (bair individuais)	Local para internamento de gatos em recuperação	1	15,26
	Canil de isolamento (6 bair individuais)	Local para internamento de cães com doenças contagiosas	1	12,69
	Gatil de isolamento (6 bair individuais)	Local para internamento de gatos com doenças contagiosas	1	7,57
	Depósito de remédios	Local para armazenamento de remédios e materiais hospitalares	1	4,74
	Crematório	-	1	14,45
	Circulação	-	-	23,17
Apoio Técnico				107,61
	Depósito de ração	Local para armazenamento das rações dos animais do abrigo	2	17,56
	Depósito de ferramentas	Local para armazenamento de ferramentas para manutenção do abrigo	1	5,08
	DML	Local para armazenamento de material de limpeza	1	3,33
	Depósito de lixo comum	Local para coleta seletiva	1	4,68
	Depósito de lixo hospitalar	Local para separação do lixo hospitalar	1	2,61
	Lavanderia	-	1	5,40

	Cozinha	Local de preparo de alimentos para os animais do abrigo	1	11,40
	Banho/tosa	Local de higienização dos animais do abrigo	1	6,95
	Estacionamento privativo	Destinado ao uso dos funcionários	1	38,50
	Circulação	-	-	12,10
Animais				1131,94
	Canil	Local de abrigo temporário para cães destinados à adoção (38 baias coletivas e 4 individuais)	1	756,00
	Gatil	Local de abrigo temporário para gatos destinados à adoção	4	98,60
	Solário coletivo	Local de recreação dos cães	1	127,00
	Estábulo	Local para o abrigo temporário de cavalos destinados à adoção (3 baias individuais)	1	31,12
	Piquete	Local de soltura diária dos cavalos	1	95,00
	Circulação	-	-	25,82
Área dos ambientes				1821,93
Área construída				1230,91
Áreas permeáveis				745,59
Taxa de permeabilização				18%

*ATE (m²): Área Total Estimada em metros quadrados

Fonte: Autoria própria, 2021

3.2.1 Estudo dos espaços para os animais e sua capacidade

De acordo com a WSPA (2011), o projeto para um abrigo deve ser desenvolvido de modo a proporcionar uma estadia de conforto e segurança para os animais. Portanto, os espaços devem ser projetados dando prioridade ao atendimento das necessidades básicas desses animais, permitindo a expressão de comportamentos naturais, como deitar e levantar confortavelmente, caminhar livremente, correr e brincar.

Com base nessa afirmação e levando em consideração a quantidade dos animais abrigados pela Fundação, foi realizado o pré-dimensionamento dos canis, gatis e estábulo para o projeto. Esses espaços serão compostos por uma área coberta, onde os animais possam se proteger do sol e da chuva, assim como passar a noite; e um solário, local descoberto onde eles possam caminhar e se alimentar, sempre com água à disposição.

Diante disso, para o dimensionamento do canil, foi utilizada como modelo, a baia-padrão desenvolvida por Oliveira (2017) a partir dos princípios etológicos definidos por Bruno Tausz⁷, ilustrada na Figura 43. Segundo a autora, esse modelo de baia é capaz de abrigar cães de todos os portes, sendo necessário apenas levar em consideração a soma das áreas que cada porte ocupa e a partir disso definir quantos animais colocar numa mesma baia, como indicado na Figura 44.

Figura 43: Detalhamento de baia-padrão.

Fonte: Oliveira, 2017, adaptado pela autora, 2021

Figura 44: Estudo de dimensionamento de baia-padrão.

Fonte: Oliveira, 2017

Dessa maneira, tendo como referência esse modelo de baia e levando em consideração a necessidade da Fundação, que em sua maioria possui cães de médio porte, foi estipulado que o projeto contará com 38 baias, destinadas a comportar 4 cães em cada

⁷ Bruno Tausz: Arquiteto e urbanista (UFRJ), etólogo, escritor, participante da CBKC (Confederação Brasileira de Cinofilia) como Presidente do Conselho de Cinologia, Árbitro Polivalente e Árbitro de Adestramento.

Figura 46: Detalhamento de baia para cavalo.

Fonte: Autoria própria, 2021

3.3 Projeto

3.3.1 Conceito e partido

A idealização desse projeto partiu do conceito da palavra acolher, em seu significado mais fiel de oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico; abrigar(-se), amparar(-se). E é através disso que a proposta se desenvolve: proporcionar acolhimento, seja para um tutor que sem condições financeiras e sem como obter ajuda, é obrigado a ver seu animal de estimação passar por problemas de saúde ou até mesmo abandoná-lo; seja para o animal que já se encontra abandonado nas ruas, desamparado e lutando para viver dia após dia, na esperança de encontrar alimento, abrigo e proteção.

A partir disso, o projeto tomou como partido o desenvolvimento de espaços que unem o reestabelecimento da saúde e a promoção da adoção de animais. Norteados por esses objetivos, serão propostos ambientes acolhedores e promovedores de bem-estar, tanto para os animais, principal foco do projeto, como para o visitante.

Para isso, foi utilizado como referência o South Los Angeles Animal Care Center & Community Center, onde foram estabelecidos espaços de interação da comunidade com os animais abrigados, através do forte uso de vegetação próximo aos locais onde se encontram esses animais, como mostra a Figura 47 e 48. Esses espaços são delimitados por avenidas de vegetação, dispersas ao longo de todo o projeto, que além de tornar o ambiente mais agradável, funcionam como barreiras acústicas para os latidos e ruídos provenientes da rua.

Da esquerda para a direita. Figura 47: Avenida principal entre os canis. Figura 48: Vegetação em frente aos canis.

Fonte: ArchDaily, s.d.

Essa relação com a natureza proporciona uma melhor adaptação do animal e encoraja os visitantes a ficar mais tempo no local, o que pode vir a promover maior interação com os animais abrigados, aumentando as chances de uma possível adoção (ARCHDAILY, s.d.).

Dessa forma, inspirados nessa proposta de criar ambientes convidativos e promovedores de bem estar através da natureza, foram desenvolvidos locais de permanência ao longo do terreno do Centro, através de jardins estrategicamente dispostos com contato visual para os animais do abrigo, assim promovendo a relação do homem com o animal e do animal com o meio.

3.3.2 Implantação e acessos

A implantação do Centro foi composta por edificações térreas. Por ser um terreno de esquina, foi possível trabalhar duas fachadas, a principal voltada para a Rua Manoel Vitorino e a fachada lateral esquerda para a Rua do Tabuleiro, como pode ser visto na Figura 49.

Na fachada principal foi proposto um acesso para entrada de veículos, de sentido único, direcionando os motoristas para o estacionamento público e posteriormente para a saída que fica localizada próxima a lateral direita do terreno. Já os pedestres podem acessar o Centro tanto pela entrada, quanto pela saída de veículos, através do passeio que fica separado da área de circulação de automóveis, como mostra a Figura 50.

Figura 49: Implantação.

Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 50: Vista da fachada principal.

Fonte: Autoria própria, 2021

Além disso, após o acesso principal, foi locado um acesso restrito, bloqueado através de portão, para o uso de serviços, dos funcionários e a chegada de cavalos resgatados, ilustrado na Figura 51. Esse acesso possui também um único sentido, conduzindo os motoristas para o estacionamento privativo e posteriormente para a saída de veículos que fica na fachada voltada para a Rua do Tabuleiro.

Figura 51: Vista do acesso principal e acesso restrito.

Fonte: Autoria própria, 2021

Com relação a delimitação, foram utilizados alambrados até a saída restrita da lateral esquerda, como ilustrado na Figura 51, sendo o restante delimitado por muro. Essa estratégia do uso de alambrados, além de diminuir os gastos com materiais de construção para os muros, favorece a ventilação natural e permite a visualização do interior do Centro por quem passa pela Rua do Tabuleiro, tornando o local mais acessível e atrativo para as pessoas adentrarem e conhecerem o trabalho da ONG.

3.3.3 Setorização

O projeto foi dividido em cinco setores de acordo com as funções de cada um, como mencionado anteriormente no Programa de Necessidades e indicados na Figura 52.

Figura 52: Setorização.

Fonte: Autoria própria, 2021.

O setor social contém a parte de uso público. Sendo composto pela praça, estacionamento público e bicicletário ilustrados na Figura 53, todos na parte externa do Centro, e na parte interna, mais precisamente no centro do terreno, foi projetado o deck de eventos, indicado pelas Figuras 54 e 55, para a realização de palestras e feiras de adoção. Dessa forma, esse setor foi locado de forma a gerar um fluxo central no terreno, fazendo com que as pessoas adentrem o espaço e ao longo do percurso conheçam as áreas onde se encontram os animais destinados para a adoção.

Da esquerda para a direita. Figura 53: Vista para a praça. Figura 54: Vista para o deck de eventos.
Figura 55: Vista interna do deck de eventos.

Fonte: Autoria própria, 2021

O segundo setor é o de administração, responsável pelas atividades de administração de todo o complexo, indicado na Figura 56. Próximo a esse setor, fica localizado o setor de saúde, indicado na Figura 57, para atendimento dos animais da população e dos animais resgatados. Esses dois setores foram dispostos logo no início do Centro, de forma a facilitar o atendimento à população e fazer uma barreira visual entre a rua e o local onde se encontram os animais, minimizando o estresse causado por fatores externos. Já o crematório, ilustrado na Figura 58, que também faz parte do setor de saúde, foi instalado no final do terreno, em um local fora da vista do acesso público, de maneira a evitar o fluxo de visitantes em suas proximidades.

Da esquerda para a direita. Figura 56: Hall do setor de administração. Figura 57: Recepção do setor de saúde. Figura 58: Vista do caminho para o crematório.

Fonte: Autoria própria, 2021

Quanto ao Setor de Apoio Técnico, ilustrado na Figura 59, foram definidos ambientes necessários para os cuidados dos animais resgatados e manutenção do abrigo, sendo localizado mais ao fundo do terreno, facilitando a realização dos serviços e a separação desse espaço com os locais de maior circulação de visitantes. Esse setor conta ainda com um estacionamento privativo, para o uso dos funcionários ou para algum serviço temporário, como entrega de insumos para o Centro ou o recebimento de cavalos que foram resgatados.

Figura 59: Vista do setor de apoio técnico e estacionamento privativo.

Fonte: Autoria própria, 2021

O Setor de Animais, o último, mas não menos importante, é destinado para os animais que são acolhidos pelo abrigo e que se encontram disponíveis para adoção. Esse setor fica localizado de maneira a minimizar o impacto que os ruídos externos possam causar aos animais, assim como favorecer a desinfetação natural desses ambientes pelo sol e pelos ventos. O setor é dividido em três partes, de acordo com as espécies dos animais acolhidos: setor dos cães, ilustrado nas Figuras 60 e 61, representado pelo canil e pelo solário coletivo, onde os cães do abrigo poderão socializar entre si, e com as pessoas que irão visitar o local; setor dos gatos, formado por gatis coletivos com espaços de área coberta para abrigo dos gatos e solário para recreação, indicado nas Figuras 62 e 63; e o setor de cavalos, com baias individuais e piquete para soltura diária dos cavalos, como pode ser visto nas Figuras 64 e 65.

De cima para baixo, da esquerda para a direita. Figura 60: Canil. Figura 61: Solário coletivo dos cães. Figura 62: Gatil. Figura 63: Solário dos gatos. Figura 64: Vista das baias. Figura 65: Vista do brete.

Fonte: Autoria própria, 2021

É importante ressaltar que as baias do canil foram organizadas com o principal objetivo de minimizar o contato visual entre os cães, como pode ser observado no croqui da Figura 66, algo que, se não for evitado, encoraja os constantes latidos, segundo Tausz (s.d.). Além disso, essas baias foram posicionadas voltadas para o Leste, facilitando a iluminação pelo sol nascente e ventilação natural, já que os ventos predominantes na região partem dessa posição.

Figura 66: Croqui do canil em planta baixa.

Fonte: Autoria própria, 2021

Como resultado desse layout, foram formados corredores de circulação para os visitantes, assim como para os funcionários que realizarão a limpeza das baias pelo acesso da porta dos fundos. Entre esses corredores foram previstas vegetações de pequeno porte, como pode ser visto na Figura 67, com o intuito de promover um local mais agradável, tanto para os cães quanto para os visitantes.

Figura 67: Corredores do canil.

Fonte: Autoria própria, 2021

Quanto ao restante das áreas, foi trabalhada a circulação de pedestres e veículos com demarcação de pisos e rampas, além do paisagismo em toda a extensão do terreno através de jardins, como indicados nas Figura 68, 69 e 70. Essas áreas contêm bancos estrategicamente posicionados para os ambientes onde se encontram os animais do abrigo, influenciando indiretamente em sua adoção.

Da esquerda para a direita. Figura 68: Jardim em frente ao estábulo. Figura 69: Jardim em frente aos gatis. Figura 70: Rampa entre os jardins.

Fonte: Autoria própria, 2021.

3.3.4 Fluxos

O estudo de fluxo foi realizado de acordo com as finalidades que levarão as pessoas acessarem o local. Dessa forma, foram definidos cinco possíveis tipos de fluxos diferentes, ilustrado na Figura 71, sendo que a partir do acesso principal, esses fluxos se dividem entre acesso restrito e entrada principal.

Figura 71: Estudo de fluxos.

Fonte: Autoria própria, 2021.

O acesso restrito permite apenas dois fluxos: o de funcionários e o de cavalos resgatados pela ONG. O fluxo de funcionários é conduzido por esse acesso tanto para os setores de administração e de saúde, como para o setor de apoio. Esse acesso comporta também o fluxo de cavalos, que por serem animais de grande porte, não há possibilidade de passarem antes pelo centro de saúde, como acontece com os outros animais resgatados. Com isso, os cavalos seguem pelo acesso restrito e são direcionados para o estábulo, recebendo atendimento no próprio local.

Enquanto isso, a entrada principal receberá o restante dos fluxos. O fluxo de visitantes, originado pelas pessoas que vão ao Centro com o intuito de visitar o abrigo e conhecer suas instalações, parte do eixo central do terreno, passa pela administração e é direcionado através de caminhos e rampas para o setor dos animais. O fluxo de animais da população se estabelece com as pessoas que irão ao Centro com o objetivo de levar seus pets para receberem cuidados médicos, sendo delimitado entre a entrada principal e o setor de saúde, porém, sem excluir a possibilidade dessa mesma pessoa se tornar um visitante, caso queira conhecer o setor de animais. Finalizando com o fluxo de cães e gatos resgatados,

esse fluxo é estabelecido a partir da condução desses animais diretamente ao setor de saúde por uma entrada lateral, sem passar pela recepção onde se encontram os animais da população.

3.3.5 Aspectos construtivos e estratégias ambientais

Para a concepção do Centro foram levados em conta soluções projetuais que proporcionem um maior conforto ambiental e a redução de custos.

Com relação aos materiais, todas as edificações foram projetadas utilizando-se o bloco de concreto aparente. Esse material, além de aumentar a produtividade na obra, possibilita a minimização de custos com os materiais de acabamento, deixando apenas as áreas molhadas, as salas do centro cirúrgico e os abrigos dos animais com revestimentos cerâmicos, que facilitam a limpeza e desinfecção do local, como mostram as Figuras 72 e 73.

Da esquerda para a direita. Figura 72: Vista do gatil de tratamento. Figura 73: Vista da maternidade dos cães.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Nos telhados foi utilizado um tipo de telha ecológica reciclada térmica, produzida a partir de embalagens tetra pak. Esse material permite a reflexão dos raios solares, melhorando a temperatura interna dos ambientes. Além disso, por ser uma telha leve, em comparação com as telhas de outros materiais, é possível reduzir os custos com o madeiramento do telhado.

Outra estratégia para o conforto térmico através da cobertura, foi a utilização de aberturas zenitais com o uso do sistema de shed. Segundo Nunes (2019), a cobertura tipo shed permite a circulação de ar e a ventilação cruzada dos ambientes, possibilitando a iluminação difusa e dispersão do ar quente através do “efeito chaminé”, que acontece quando o ar quente sobe, por ser menos denso, enquanto o ar frio desce resfriando a edificação, como pode ser visto no esquema da Figura 74. Para isso, o “fechamento” dessas aberturas foi feito com venezianas, bloqueando a entrada de sujeiras e animais pelo telhado, mas possibilitando a entrada de luz e ar.

Figura 74: Efeito chaminé na cobertura com shed.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Ainda sobre a ventilação e iluminação natural, o uso de cobogós de concreto foi aplicado como alternativa para a substituição das esquadriais tradicionais. Esse elemento vazado, além de proporcionar a entrada de luz e ar, compõe a estética do projeto que foi elaborado em alvenaria de bloco de concreto aparente, como pode ser observado na composição da fachada ilustrada na Figura 75.

Figura 75: Uso de cobogós na fachada.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Enquanto isso, como estratégia de conforto térmico para as áreas livres externas, foram utilizados pisos drenantes, indicado na Figura 76, “também conhecido como piso permeável, é um tipo de piso poroso formado por uma combinação de concreto com pedras granuladas. Ele deixa a água escoar facilmente pelo piso e chegar até o solo” (VIVADECOR, 2020).

Figura 76: Esquema de absorção de água no piso drenante.

Fonte: Grandino, s.d.

Ademais, se tratando de um projeto direcionado para os animais e a saúde, é esperado que haja diariamente um alto consumo de água. Portanto, como alternativa para economia de água, foi proposto um sistema de coleta de águas pluviais através de cisterna subterrânea, como mostra o esquema da Figura 77. Dessa forma, a água da chuva passa pelas calhas do telhado e é direcionada para a cisterna, podendo ser posteriormente bombeada para a utilização na limpeza das áreas externas e abrigo dos animais, assim como para as descargas dos vasos sanitários.

Figura 77: Esquema de captação de água da chuva.

Fonte: Sebrae, 2015.

Por fim, de modo a evitar que a rede de esgoto pública e posteriormente os rios ou solo sejam contaminados pelos dejetos dos animais abrigados, que muitas das vezes se encontram com doenças contagiosas, foi proposto o uso de fossas sépticas. Dessa forma, os

dejetos dos animais ficam retidos por um determinado intervalo de tempo, sendo necessária a limpeza periódica, geralmente a cada 6 meses, por uma empresa especializada.

3.3.6 Paisagismo

Formados por vegetação atóxica, os jardins possuem um objetivo funcional de promover uma barreira acústica para os latidos e trazer benefícios para a saúde do animal, além de proporcionar locais de pausa e contemplação para o visitante.

Como mencionado, a vegetação utilizada em todo o projeto será atóxica, que segundo Oliveira (2017), “são aquelas espécies com baixo ou nenhuma toxicidade, evitando assim incidentes com os animais que eventualmente podem vir a ingerir alguma planta do local”. A Figura 78 contém um quadro de espécies atóxicas, elaborado por Oliveira (2017), com os nomes das plantas que foram utilizadas neste projeto e as suas características.

Figura 78: Quadro de espécies atóxicas.

Referência	Nome científico	Nome popular	Características Gerais
<i>Senna spectabilis</i>	<i>Cássia-do-nordeste</i>	<i>De crescimento rápido, atinge um porte de até 4 metros de altura, para 4 metros de diâmetro da copa arredondada. As folhas são pequenas e caducas. A floração decorre entre março a abril e origina flores de cor amarela. A frutificação é do tipo vagem e decorre de abril a maio. É uma planta com origem no Brasil, com baixo potencial tóxico.</i>
<i>Licania tomentosa</i>	<i>Oiti</i>	<i>É uma árvore da família Chrysobalanaceae que pode atingir entre oito e quinze metros de altura. É muito usada na arborização urbana por sua copa frondosa, que dá ótima sombra. Seus frutos são comestíveis, com amêndoas ricas em óleo. Um aspecto notável desta espécie é sua reconhecida resistência aos poluentes urbanos.</i>
<i>Dracaena reflexa</i>	<i>Pleomele</i>	<i>Arbusto semi-herbáceo, pertence à família Asparagaceae, de 2-3 metros de altura. Folhas coriáceas, com duas lâminas creme-amareladas com centro verde, onduladas, laminares, alongadas e recurvadas formando uma roseta persistente. Ocorre a variedade de cor verde.</i>
<i>Pelargonium sp.</i>	<i>Malva branca</i>	<i>Planta atóxica, adapta-se bem tanto a pequenos vasos (desde que com no mínimo 20 cm de profundidade) quanto a canteiros. Pode ser plantada sob sol pleno ou em local de meia sombra. Adapta-se melhor ao solo fértil, bem drenado e profundo, gostando de ambientes quentes.</i>
<i>Matricaria chamomilla L.</i>	<i>Camomila</i>	<i>Trata-se de uma herbácea que mede de 20 a 50 cm de altura, de caule ramificado e flores miúdas. Apresenta pequenas flores brancas, não faz mal algum se ingerida, muito pelo contrário. Ela auxilia nas dores estomacais e gases intestinais, no bom funcionamento do fígado e na reposição de minerais, sendo então, não tóxica.</i>
<i>Petunia x hybrida</i>	<i>Petúnia</i>	<i>Tolerante ao calor e fácil de cuidar, são resistentes e atóxicas. A maioria das petúnias que se encontram em jardins são híbridas. São herbáceas anuais (<i>Petunia x hybrida</i>) e atingem 15 a 30 cm de altura. As petúnias são algumas das flores mais apreciadas para decoração em floreiras, vasos e jardins.</i>

Fonte: Oliveira, 2017.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos aspectos abordados neste trabalho, foi possível perceber que apesar da relação homem-animal, antes justificada apenas pela domesticação de subsistência, ter evoluído para uma relação afetiva que traz inúmeros benefícios ao homem, o abandono desses animais é algo que se tornou cada vez mais recorrente na sociedade. Este fato pode gerar impactos na saúde pública, sendo necessário a adoção de medidas por parte do poder público, que contenham o avanço dessa triste realidade, dando suporte aos animais errantes e prevenindo os futuros casos de abandono.

Diante disso, neste trabalho foi proposto e desenvolvido o anteprojeto de um centro público de saúde animal e abrigo temporário para os animais errantes, em Alagoinhas-BA. Dessa forma, buscou-se aliar a arquitetura à causa contra o abandono, colaborando na efetivação de políticas públicas.

Para isso, além do referencial teórico e dos estudos de casos, foi importante trabalhar em conjunto com a Fundação Anjos de Quatro Patas, ONG de proteção animal atuante em Alagoinhas, na elaboração de um programa que atendesse as reais necessidades dessa instituição que trabalha com animais abandonados, e propor soluções arquitetônicas para as limitações existentes no local. Dessa forma, foi possível ter como resultado um projeto que atende às especificidades de uma construção de caráter público, capaz de oferecer serviços de atendimento à saúde e abrigo para os animais errantes.

Por fim, considerou-se que os objetivos propostos neste trabalho, desde as etapas de planejamento até o projeto arquitetônico final, foram atendidos satisfatoriamente. Desse modo, foi colocado em prática os ensinamentos adquiridos durante todo o curso de arquitetura, a fim de propor espaços promovedores de bem-estar animal, contribuir com a causa e demonstrar como a arquitetura é um instrumento universal capaz de atender a sociedade como um todo, incluindo os animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. O. G., et al. **O bem-estar de cães na prática hospitalar.** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.26; p.446, 2017.

ALAGOINHAS. **Lei complementar n. 12/2004. Aprova o plano diretor do município.** Disponível em:< <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-alagoinhas-ba>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ALAGOINHAS. **Lei n. 1737/2004. Dispõe sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo e dá providências correlatas.** Disponível em:< <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-alagoinhas-ba>>. Acesso em: 10 mai. 2021

ALAGOINHAS. **Lei n. 1879, de 26 de novembro de 2007. Considera de utilidade pública a fundação de proteção aos animais Anjos de Quatro Patas, com sede e foro nesta cidade.** Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/a/alagoinhas/lei-ordinaria/2007/188/1879/lei-ordinaria-n-1879-2007-considera-de-utilidade-publica-a-fundacao-de-protecao-aos-animais-anjos-de-quatro-patas-com-sede-e-foro-nesta-cidade?q=animais>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALAGOINHAS. **Lei n. 2220, de 15 de julho de 2013. Institui no âmbito do município de alagoinhas, o dia municipal de proteção e bem estar dos animais, e dá outras providências.** Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/a/alagoinhas/lei-ordinaria/2013/222/2220/lei-ordinaria-n-2220-2013-institui-no-ambito-do-municipio-de-alagoinhas-o-dia-municipal-de-protecao-e-bem-estar-dos-animais-e-da-outras-providencias?q=animais>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALAGOINHAS. **Lei n. 2462, de 23 de janeiro de 2019. Cria o conselho municipal de proteção aos animais e dá outras providências.** Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/a/alagoinhas/lei-ordinaria/2019/247/2462/lei-ordinaria-n-2462-2019-cria-o-conselho-municipal-de-protecao-aos-animais-e-da-outras-providencias?q=animais>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALAGOINHAS. **Lei n. 2463, de 24 de janeiro de 2019. Dispõe sobre normas para coibir aqueles que, em lugar público ou privado, apliquem maus tratos aos animais, impõe penalidades, e dá outras providências.** Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/a/alagoinhas/lei-ordinaria/2019/247/2463/lei-ordinaria-n-2463-2019-dispoe-sobre-normas-para-coibir-aqueles-que-em-lugar-publico-ou-privado-apliquem-maus-tratos-aos-animais-impoe-penalidades-e-da-outras-providencias?q=animais>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALAGOINHAS. **Lei n. 2492, de 30 de outubro de 2019. Dispõe sobre doação de terreno de propriedade do município de Alagoinhas a Fundação Anjo de Quatro Patas e dá outras providências.** Disponível em:< <http://soulucianoalmeida.com.br/wp-content/uploads/2019/12/LEI-N%C2%BA-2.492-DE-2019.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ANCLIVEPA-SP. s.d. **Hospitais públicos veterinários.** Disponível em:<<https://hospitalveterinariopublico.com.br/historia/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ARAUJO, A. C. **Clínica e abrigo para animais abandonados para a cidade de Toledo.** 89 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Paranaense, Toledo.

ARCHDAILY. s.d. **South Los Angeles Animal Care Center & Community Center / RA-DA.** Disponível em: < <https://www.archdaily.com/407296/south-los-angeles-animal-care-center-and-community-center>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BAHIA. Lei n. 21.303/2015. **Dispõe e regulamenta a autorização de transporte de animais domésticos em meios de transporte coletivos no Estado da Bahia.** Disponível em:< <http://marcellmoraes.com.br/pl-no-21-303-2015-dispoe-e-regulamenta-o-a-autorizacao-de-transporte-de-animais-domesticos-em-meios-de-transporte-coletivos-no-estado-da-bahia/>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BAHIA. Lei n. 21.303/2015. **Dispõe e regulamenta a autorização de transporte de animais domésticos em meios de transporte coletivos no Estado da Bahia.** Disponível em:< <http://marcellmoraes.com.br/pl-no-21-303-2015-dispoe-e-regulamenta-o-a-autorizacao-de-transporte-de-animais-domesticos-em-meios-de-transporte-coletivos-no-estado-da-bahia/>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BARBOZA, N. L. B. **Projeto arquitetônico de um centro de suporte aos proprietários de cães e gatos em Aracaju-SE.** 2017. 114 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.

BARROSO, J. E. M.; LIMA, E. E. de. **O centro de controle de zoonoses e sua importância para a saúde pública do município de Catalão, GO.** Goiânia, 22-23 de junho de 2012. Anais Eletrônicos da I CIEGESI / I Encontro Científico do PNAP/UEG. p. 846-859.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução n. 1.275, de 25 de junho de 2019.** Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1.275-de-25-de-junho-de-2019-203419719>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRITO, R. dos R. **Os novos caminhos da arquitetura hospitalar e o conceito de humanização.** Revista CEREU. Gurupi, v. 5, n. 3, p.172-180, set./dez, 2013.

CATAPAN, D. C. **Características das organizações não governamentais (ONGs) de proteção animal e políticas públicas de controle populacional de cães e gatos do estado do Paraná.** 2018. 101 f. Tese (Doutorado em Saúde, Tecnologia e Produção Animal Integrada) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Ciências da Vida, Curitiba.

CIDADE DE SÃO PAULO. 2019. **Prefeitura lança edital para novo Hospital Público Veterinário, na Zona Sul.** Disponível em:< <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-lanca-edital-para-novo-hospital-publico-veterinario-na-zona-sul>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CIDADE DE SÃO PAULO. 2020. **Hospitais Veterinários Públicos.** Disponível em:< https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/saude_e_protecao_ao_animal_do_mestico/index.php?p=272490>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CIDADE DE SÃO PAULO. 2020. **Prefeitura inaugura Hospital Veterinário Público na Zona Sul.** Disponível em:< <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-hospital-veterinario-publico-na-zona-sul>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CONDE, P. dos S. 2017. **Justiça ambiental e a necessidade de realização de políticas públicas de destinação digna aos animais abandonados em apoio ao trabalho das Organizações Não Governamentais.** Londrina, 04, 05, 06 e 07 de julho de 2017. III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas sociais.

COSTA-VAL, A. P.; TATIBANA, L. S. **Relação homem-animal de companhia e o papel do médico veterinário.** Revista Veterinária e Zootecnia em Minas, Minas Gerais, v. 103, p. 12-18, out./nov./dez., 2009. Disponível em:<<http://www.crmvmg.gov.br/RevistaVZ/Revista03.pdf#page=11>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CULTURA MIX. 2013. **Hospital Público Veterinário de São Paulo.** Disponível em:<<https://animais.culturamix.com/cuidados/hospital-publico-veterinario-de-sao-paulo>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DELABARY, B. F. **Aspectos que influenciam os maus tratos contra animais no meio urbano.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. Santa Maria, v(5), nº5, p. 835 - 840, 2012. P.835-840.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 2017. **Hospital Veterinário completa um mês de atendimentos e espera.** Disponível em:<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2017/07/hospital-veterinario-completa-um-mes-de-atendimentos-e-espera.html>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DICAS PARA GATEIROS. s.d. **Como fazer um gatil com um pátio pequeno?** Disponível em:<<http://dicasparagateiros.blogspot.com/2015/04/como-fazer-um-gatil-com-um-patio-pequeno.html>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

DOGHERO. s.d. **ONG de animais: conheça as maiores ongs do Brasil.** Disponível em:<<https://love.doghero.com.br/dicas/ong-de-animais/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

EXTRA. 2017. **Primeiro hospital veterinário público do Norte e Nordeste é inaugurado no Recife.** Disponível em:< <https://extra.globo.com/noticias/brasil/primeiro-hospital-veterinario-publico-do-norte-nordeste-inaugurado-no-recife-21446376.html>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERREIRA, F.Q.C.; FERREIRA, S.Q.C. **Salvaguarda de animais domésticos: aprendendo a identificar abusos.** MPMG Jurídico: Revista do Ministério Público do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, p. 54-59, 2016. Disponível em:<<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1284/Salvaguarda%20de%20animais.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GAZETA DA ZONA SUL. 2020. **Zona Sul recebe inauguração de Hospital Veterinário Público.** Disponível em:< <https://gazetadazonasul.com.br/2020/08/12/zona-sul-recebe-inauguracao-de-hospital-veterinario-publico/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GÓES, Ronald de. **Manual prático de arquitetura hospitalar.** 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.193 p.

GOMES, T. T. **Unidade de Saúde Animal São Francisco de Assis: Um hospital veterinário público para cães e gatos.** 2018. 174 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Luterana do Brasil, Santa Maria.

GRANDINO. **Piso intertravado drenante de concreto.** Disponível em: <<https://www.grandinopremoldados.com.br/produtos/piso-drenante-blocos-concreto-preco/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

HUNEMEIER, T. **A conquista do mundo pelos gatos.** Darwinianas, a ciência em movimento, 2018. Disponível em: <<https://darwinianas.com/2018/01/16/a-conquista-do-mundo-pelos-gatos/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE. 2013. **População de Animais de Estimação no Brasil - 2013 - ABINPET 79.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/anos-anteriores/ibge-populacao-de-animais-de-estimacao-no-brasil-2013-abinpet-79.pdf/view>>. Acesso em: 22 mar. de 2021

INSTITUTO PET BRASIL. 2019. **Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil.** Disponível em: <<http://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>>. Acesso em: 20 jan. 2021

INSTITUTO PET BRASIL. 2019. **País tem 3,9 milhões de animais em condição de vulnerabilidade.** Disponível em: <<http://institutopetbrasil.com/imprensa/pais-tem-39-milhoes-de-animais-em-condicao-de-vulnerabilidade/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,evoluem%20para%20o%20abandono%20completo>>. Acesso em: 22 mar. de 2021.

JAPIASSU, L. A. T.; LINS, R. D. B. **As diferentes formas de expansão urbana.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 02, n. 13, pp. 15-25, 2014. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/764>. Acesso em: 12 mai. 2021.

JORNAL SOL. **Missão: Reduzir as ninhadas de cães e gatos.** 2018. Disponível em: <<https://sol.sapo.pt/artigo/607439/missao-reduzir-as-ninhadas-de-caes-e-gatos>>. Acesso em: 19 jan. 2021

LANGONI, H., et al. **Conhecimento da população de Botucatu-SP sobre Guarda Responsável de cães e gatos.** Veterinária e Zootecnia, v. 18, n. 2, p. 297-305, 2011.

MALDONADO, N. A. C.; GARCIA, R. C. M. **Bem-estar Animal.** In: Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos, JERICÓ, M. M.; NETO, J.P. de A.; KOGIKA, M.M. v. 2, Rio de Janeiro: Roca, 2015., p. 6792 e 6807.

MEDEIROS, D., et al. **Construindo no clima quente e seco do brasil: conforto térmico e eficiência energética para a zona bioclimática 7.** São Paulo, 03-06 de setembro de 2012. NUTAU 2012, 9º Seminário Internacional – FAU/USP. Disponível em: <[https://www.usp.br/nutau/nutau_2012/2dia/CONSTRUINDO%20NO%20CLIMA%20QUE%20NTE%20E%20SECO%20DO%20BRASIL%20\(1\).pdf](https://www.usp.br/nutau/nutau_2012/2dia/CONSTRUINDO%20NO%20CLIMA%20QUE%20NTE%20E%20SECO%20DO%20BRASIL%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2021

NUNES, L. S. P. O. **Acolhimento e bem-estar animal - Proposta da Unidade de Castração e Adoção de Animais (UCAA) em Aracaju/SE.** 2019. 95 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.

OLIVEIRA, J. S. de. **Anteprojeto de um abrigo de animais domésticos, em Itabaiana-SE.** 2017. 54 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Tiradentes, Aracaju.

PESSANHA, L.; PORTILHO, F. **Comportamentos e padrões de consumo familiar em torno dos “pets”**. Rio de Janeiro, 24, 25 e 26 de setembro de 2008. IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo. p. 01-26.

PREFEITURA DE ALAGOINHAS. 2019. **Com apoio da Prefeitura, projeto EDUCA PET trabalha com conscientização nas escolas municipais e desenvolve ações de promoção da saúde humana e animal.** Disponível em:<<https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/com-apoio-da-prefeitura-projeto-educa-pet-trabalha-com-conscientizacao-nas-escolas-municipais-e-desenvolve-acoes-de-promocao-da-saude-humana-e-animal/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

PREFEITURA DE ALAGOINHAS. 2020. **Vacinação antirrábica para cães e gatos será realizada às quartas-feiras na Estação de Transporte Alternativo.** Disponível em:<<https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/vacinacao-antirrabica-para-caes-e-gatos-sera-realizada-as-quartas-feiras-na-estacao-de-transporte-alternativo/>>. Acesso em: 22 jan. 2021

R7. 2020. **Prefeitura de São Paulo inaugura Hospital Veterinário na Zona Sul.** Disponível em:<<https://noticias.r7.com/sao-paulo/prefeitura-de-sp-inaugura-hospital-veterinario-na-zona-sul-11082020>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RAMOS, L. I. **Centro de saúde e bem-estar de animais domésticos abandonados.** 2017. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto.

SANTA ROSA, Giovanni. 2012. **Expansão urbana ocorre de acordo com demandas do mercado, aponta pesquisa da FAU.** Agência USP de notícias. Disponível em:<<https://www5.usp.br/noticias/sociedade/expansao-urbana-ocorre-de-acordo-com-demandas-do-mercado-aponta-pesquisa-da-fau/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. **Guarda responsável e dignidade dos animais.** Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, v. 1, n. 1, p.67-104, maio 2006. Disponível em: <<https://www.animallaw.info/sites/default/files/Brazilvol1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SEBRAE. 2015. **Captção de água da chuva.** Disponível em: <<https://respostas.sebrae.com.br/sustentabilidade-captando-de-agua-da-chuva/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SEDA. s.d. **Hospital Veterinário do Recife Robson José Gomes de Melo (HVR).** Disponível em:<<https://seda.recife.pe.gov.br/hospital-veterinario-do-recife-robson-jose-gomes-de-melo-hvr>>. Acesso em 20 jan. 2021.

SILVA, N. **Unidade de saúde animal - Anteprojeto Arquitetônico de um Hospital Veterinário Público.** 2017. 130 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUZA, U. S. **Transformações da morfologia urbana do bairro Santa Terezinha nos últimos 20 anos, Alagoinhas-BA.** 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.

UIPA. 2014. **Da eliminação de animais em centro de controle de zoonoses.** Disponível em:<<http://www.uipa.org.br/da-eliminacao-de-animais-em-centros-de-controledezooses/#:~:text=A%20tutela%20aos%20animais%2C%20j%C3%A1,%E2%80%9CArt>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

VIVADecora. 2020. **Piso drenante.** Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/curiosidades/piso-drenante/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

VEIGA, Edison. 2020. **A ‘epidemia de abandono’ dos animais de estimação na crise do coronavírus.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53594179>>. Acesso em: 14 jan. de 2021.

WEATHERSPARK. **Condições meteorológicas médias de Alagoinhas.** Disponível em: <<https://pt.weatherspark.com/y/31067/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Alagoinhas-Brasil-durante-o-ano#:~:text=A%20dire%C3%A7%C3%A3o%20m%C3%A9dia%20hor%C3%A1ria%20predominante,leste%20durante%20todo%20o%20ano>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

WINDFINDER. **Mapa de direção dos ventos – Alagoinhas, Bahia.** Disponível em: <<https://pt.windfinder.com/#16/-12.1443/-38.3927/2021-04-14T06:00Z/report>>. Acesso em: 12 abr. de 2021

WSPA – WORLD SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS. 2012. **Políticas para abrigos de cães e gatos.** Disponível em: <<https://defensoresdosanimais.wordpress.com/2012/07/29/politicas-para-abrigos-de-caes-e-gatos/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

APÊNDICE

CENTRO PÚBLICO DE SAÚDE E ABRIGO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS

TEMA

A domesticação de animais é comum entre os homens, e a sua popularização acarretou no aumento dos casos de abandono, causando um impacto no meio ambiente e na saúde. Em vista disso, algumas cidades têm adotado medidas para reduzir essa problemática, oferecendo serviços médico-veterinário gratuitos para a população que não tem condições de arcar com as despesas e acabam abandonando esses animais. Entretanto, em Alagoínas-BA, não existe tal serviço, o que sobrecarrega o trabalho das organizações não governamentais (ONG's) no resgate e gerenciamento da adoção.

JUSTIFICATIVA

Diante desse pressuposto, o trabalho se justifica pela necessidade de implantação de um espaço que ofereça um serviço público de saúde animal, direcionado aos animais provenientes das famílias de baixa renda e àqueles que se encontram em situação de abandono. Dessa forma, é importante a atuação da arquitetura criando espaços físicos capazes de suprir as necessidades de atendimento médico veterinário para esses animais e desta forma colaborar na efetivação de políticas públicas adequadas.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o anteprojeto de um centro público de saúde animal e abrigo temporário para os animais errantes, em Alagoínas-BA, que atenda os cães e gatos provenientes da população de baixa renda e acolha aqueles resgatados da rua, com a finalidade de sanar os casos de abandono na cidade.

LOCALIZAÇÃO

TERRENO

A escolha do terreno partiu das premissas que o tema e o programa pedem, de potencialidades da área e do impacto social que o projeto trará para a região. Uma vez que a proposta do centro de saúde animal terá um caráter público, se fez necessário a escolha de um terreno que tenha essa mesma característica. Além disso, foi necessário que a localização correspondesse ao principal critério estabelecido para o desenvolvimento do projeto: acessível para a população carente. Assim, tendo em vista que o objetivo da proposta é criar um centro de saúde animal e que a Fundação Anjos de Quatro Patas, ONG de proteção animal atuante na cidade de Alagoínas, necessita de uma nova sede, tornou-se propício a utilização desse terreno para o desenvolvimento de um projeto que englobe esses dois interesses. Possibilitando a criação dessa sede com espaços para os animais que são resgatados da rua e para o atendimento médico daqueles provenientes da população de baixa renda.

CONCEITO

A idealização desse projeto partiu do conceito da palavra acolher, em seu significado mais fiel de oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico; abrigar(-se), amparar(-se). E é através disso que a proposta se desenvolve: proporcionar acolhimento, seja para um tutor que sem ter condições financeiras e nem como obter ajuda, é obrigado a ver seu animal de estimação passar por problemas de saúde ou até mesmo abandoná-lo; seja para o animal que já se encontra abandonado nas ruas, desamparado e lutando para viver dia após dia, na esperança de encontrar alimento, abrigo e proteção.

PARTIDO

O projeto tomou como partido o desenvolvimento de espaços que unem o reestabelecimento da saúde e a promoção da adoção de animais. Norteado por esses objetivos, serão propostos ambientes acolhedores e promovedores de bem-estar, tanto para os animais, principal foco do projeto, como para o visitante. Dessa forma, serão desenvolvidos ambientes de permanência ao longo do terreno do Centro, através de jardins estrategicamente dispostos com contato visual para os animais do abrigo, assim promovendo a relação do homem com o animal e do animal com o meio. Foi trabalhado também o conforto ambiental das edificações do projeto. No que diz respeito a iluminação e ventilação natural, foram utilizadas soluções arquitetônicas como o forte uso de coboços e aberturas zenitais. Além de telhas ecológicas térmicas, que melhoram a temperatura do ambiente, e piso drenantes facilitando o escoamento das águas pluviais.

TABELA DE AMBIENTES

Nº	AMBIENTE	ÁREA (M²)
01	Prça	64,97
02	Estacionamento Público	88,50
03	Bicicletário	13,44
04	Deck de Eventos	96,54
05	Hall	6,30
06	Coordenação	7,92
07	Diretoria	6,12
08	Reunião	7,87
09	Copa	9,30
10	WC PCD Feminino	3,45
11	WC PCD Masculino	3,45
12	WC Funcionários Femi.	10,50
13	WC Funcionários Masc.	10,50
14	Descanso	6,12
15	Circulação	32,29
16	Recepção	27,32
17	Consultório	6,00
18	Cirurgia	5,94
19	Esterilização	6,00
20	Canil Tratamento	20,42
21	Galil Tratamento	15,26
22	Maternidade Cães	31,27
23	Maternidade Gatos	27,04
24	Canil Isolamento	12,69
25	Galil Isolamento	7,57
26	Depósito Remédios	4,74
27	Circulação	23,17
28	Crematório	14,45
29	Cozinha Animais	11,40
30	Dep. Ração 1	7,17
31	Lavanderia	5,40
32	Banho/Tosa	6,95
33	Dep. Ferramentas	5,08
34	DML	3,33
35	Dep. Lixo Comum	4,68
36	Dep. Lixo Hospitalar	2,61
37	Circulação 1	4,00
38	Circulação 2	8,10
39	Estacionamento Privativo	38,50
40	Dep. Ração 2	10,39
41	Baia Cães Coletivo	18,32
42	Baia Cães Individual	9,16
43	Solário	127,00
44	Galil	24,65
45	Baia Cavalo	10,39
46	Piquete	95,10
47	Circulação	25,82
48	Fossa Séptica	-
49	Cisterna	-
50	Reservatório Água	-

VISTA DA FACHADA PRINCIPAL

VISTA DOS ACESSOS PRINCIPAL E RESTRITO

VISTA DA PRAÇA

VISTA DA RECEPÇÃO DO SETOR DE SAÚDE

VISTA DO HALL DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

ASPECTOS CONSTRUTIVOS E ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS

FECHAMENTO EM ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO APARENTE

REVESTIMENTO CERÂMICO

PISO DRENANTE

EFEITO CHAMINÉ NA COBERTURA COM SHED

COBOGÓS DE CONCRETO

TELHA ECOLÓGICA RECICLADA TÉRMICA

CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS POR CISTERNAS SUBTERRÂNEAS

FOSSA SÉPTICA

PAISAGISMO

CÁSSIA DO NORDESTE

OTITÍ

PLEOMELE

MALVA BRANCA

CAMOMILA

PETÚNIA

VISTA DA MATERNIDADE DOS CÃES

VISTA DO GATIL DE TRATAMENTO

VISTA DO DECK DE EVENTOS

VISTA DO DECK DE EVENTOS

VISTAS DAS ÁREAS LIVRES EXTERNAS

Foi trabalhada a circulação de pedestres e veículos com demarcação de pisos e rampas, além do paisagismo em toda a extensão do terreno através de jardins. Essas áreas contêm bancos estrategicamente posicionados para os ambientes onde se encontram os animais do abrigo, influenciando indiretamente em sua adoção.

RAMPA ENTRE OS JARDINS

JARDIM EM FRENTE AO ESTÁBULO

JARDIM EM FRENTE AOS GATIS

JARDIM EM FRENTE AOS GATIS

DECK DE EVENTOS

LOCAL DE PERMANÊNCIA

ESTACIONAMENTO PRIVATIVO

CORREDOR DO CANIL

CAMINHO PARA O CREMATÓRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considerou-se que os objetivos propostos neste trabalho, desde as etapas de planejamento até o projeto arquitetônico final, foram atendidos satisfatoriamente. O resultado foi um projeto que atende às especificidades de uma construção de caráter público, capaz de oferecer serviços de atendimento à saúde e abrigo para os animais errantes. Desse modo, foi colocado em prática os ensinamentos adquiridos durante todo o curso de arquitetura, a fim de propor espaços promovedores de bem-estar animal, contribuir com a causa e demonstrar como a arquitetura é um instrumento universal capaz de atender a sociedade como um todo, incluindo os animais.